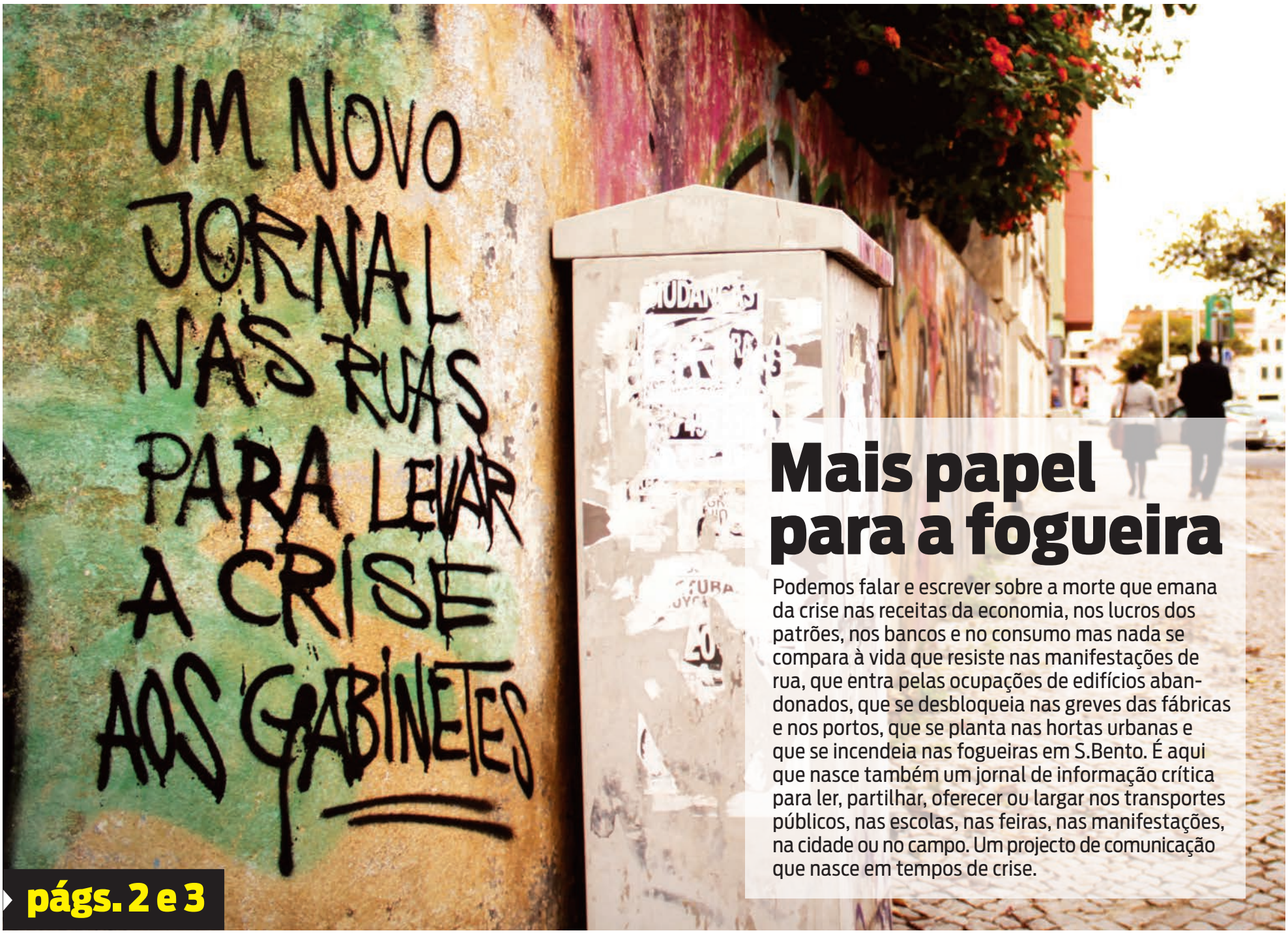
e ainda
ENTREVISTA pág. 14
LUATY, RAPPER ANGOLANO
BIOGRAFIA pág. 15
ABDEL-KADER ZAAF
CRÓNICA pág.16
38.7-9.1

PREÇO LIVRE

mapa: Jornal de Informação Crítica

NÚMERO ZERO
NOVEMBRO/DEZEMBRO 2012 / ANO I
3000 EXEMPLARES
WWW.JORNALCRITICO.INFO



Mais papel para a fogueira

Podemos falar e escrever sobre a morte que emana da crise nas receitas da economia, nos lucros dos patrões, nos bancos e no consumo mas nada se compara à vida que resiste nas manifestações de rua, que entra pelas ocupações de edifícios abandonados, que se desbloqueia nas greves das fábricas e nos portos, que se planta nas hortas urbanas e que se incendeia nas fogueiras em S.Bento. É aqui que nasce também um jornal de informação crítica para ler, partilhar, oferecer ou largar nos transportes públicos, nas escolas, nas feiras, nas manifestações, na cidade ou no campo. Um projecto de comunicação que nasce em tempos de crise.

págs. 2 e 3

Indústria turística planeia ocupar Alcácer do Sal.

págs. 8-11

O Alentejo Litoral sofre uma pesada transformação para uma nova configuração do território. A construção de dezenas de novas infraestruturas turísticas no concelho de Alcácer do Sal constitui um sério problema. Entre campos de golf que registam consumos diários de água em quantidades astronómicas, urbanizações que se convertem em novos bairros junto a antigas vilas, e uma variedade de unidades hoteleiras, são dezenas os novos projectos pensados para esta região. Assente num modelo económico e de desenvolvimento baseado quase exclusivamente na indústria do turismo, e sob a capa da «ecologia» e da «sustentabilidade», esta reestruturação é vendida como a tábua de salvação em tempos de crise.

Porto, cidade em risco de amnésia

págs. 12 e 13

Durante décadas deixado ao abandono, o centro do Porto tornou-se um terreno fértil para uma reestruturação social de toda a cidade. As estratégias para a urbe acabam, agora, por desembocar num frenesim de construção em plena crise, erguendo novos alicerces no afastamento das classes populares dum centro que foi por si construído: a cidade deixa de ser composta de forma orgânica por quem a vive e passa a sê-lo por estratégias dinamizadoras e organizacionais importadas duma cartilha cuja credibilidade há já muito que está fora do prazo.

Bairros blindados

pág. 4

Nas operações policiais no Casal da Mira, concelho da Amadora, no Verão que passou, foram usados os veículos de guerra blindados que se encontram sob tutela da PSP. Neste bairro, bem como noutros em Portugal, são constantes as identificações, as perseguições ou as detenções. São também frequentes os espancamentos, os assédios, e as violações dos direitos fundamentais dos seus habitantes por parte da polícia. As zonas sub-urbanas e densamente populadas são transformadas em "laboratórios" onde as forças de segurança treinam e experimentam técnicas e métodos. Ali onde as injustiças sociais são mais evidentes, também os abusos são exercidos com maior impunidade.

OUTROS MAPAS

Um MAPA deve estar sempre à mão

Partir de um ponto para chegar a outro. Parar. Continuar caminho para outro ponto e partir novamente para chegar a outro ponto. Na vida, como nas viagens, é o que liga as coisas que nos faz continuar o movimento. Os mapas podem-se desenhar assim: descobrindo linhas e percursos, fazendo ligações entre pontos, ultrapassando os limites do papel, marcando notas e referências, fazendo ligações e transmitindo informações. Em suma, comunicando. O que faz a cartografia interessante é a possibilidade de mapear coisas que estão para lá da geografia e do território e, por isso, quando se desenha um mapa, esperamos encontrar outro mapa e outro mapa e...

OBSERVAR O TERRENO.

A democracia em Portugal deixou cair a sua aparência de estabilidade, liberdade e direitos garantidos à medida que uma crise de natureza económica e social ganha terreno no nosso dia-a-dia. A esperança que possa ser trazida pelas acções que muitos têm tomado ao ar livre para a confrontar não nos deve desviar o olhar dos sinais quotidianos. Esses continuam a ser a austeridade e a força musculada de um Estado, de um governo e de uma organização social que partem, sem qualquer tipo de reticência, para a aprovação de leis mais rígidas, cortes salariais e despedimentos, aumentando o preço de tudo o que puder e colocando polícias armados até aos dentes em cada esquina. Sinal de que a sociedade falhou na sua capacidade de se manter de pé e continuar a prometer a paz, o pão, a saúde, habitação e a educação. Se existia, ainda, uma crença na capacidade dos políticos de todas as cores e dos parceiros sociais em solucionar os nossos problemas mais concretos, esta começa a ser seriamente posta em causa, uma vez que é difícil confiar em quem nos oferece miséria. As longas explicações de técnicos e políticos em conferências de imprensa e os números por estes vomitados em relatórios forjados não lhes dão mais legitimidade. Parece até que estão a gozar, a fazer troça e que isso lhes dá um certo prazer.

Só quando percebemos que as medidas e transformações a que assistimos não são apenas de natureza económica nem apenas por causa da crise é que percebemos que é o modelo económico, social e cultural a que chamamos capitalismo que se está a transformar e a renovar para que se possa manter durante muito mais tempo. De facto, não é só a fruta que fica mais cara mas também o seu sabor que fica menos apurado, não é só o trabalho que escasseia mas aquele que ainda está disponível mais se parece com escravatura, não é apenas o preço do combustível que aumenta a cada dia mas é também o petróleo que escasseia nas reservas geológicas. O grande processo de auto-cura que a sociedade, em Portugal e no mundo, parece estar a atravessar vai resultar numa outra coisa. Vai dar lugar a uma sociedade que, funcionando de uma forma muito mais eficiente, lucra da mesma maneira com a nossa necessidade de comer e respirar. É, portanto, esse o modelo que desenvolve «novas dinâmicas» de mercado para vender o que resta da pouca fruta de baixa qualidade, que encontra formas mais democráticas de se ser escravo e vai gerir, a partir de avançados modelos, os recursos que ainda se encontram disponíveis.

É o desenvolvimento da nossa capacidade de duvidar e agir que pode abrir possibilidades para desafiar o controlo que o Estado, os bancos ou as grandes empresas têm sobre o nosso pão, a nossa saúde, a nossa habitação, a nossa educação e a nossa informação. São as acções que tomamos que podem fazer com que o ar que respiramos e a comida que comemos não sejam coisas para vender. Mas existem várias formas para essas acções e resistir e confrontar a violência do capitalismo é tão importante como inventar formas de nos libertarmos dele.

É por isso que bloquear os acessos a uma fábrica durante uma greve por mais salários é tão importante como colher vegetais de hortas comunitárias. É por isso que a mensagem contida num incêndio de um pórtico de autoestrada num contexto de luta contra as SCUT é tão importante como a ocupação de uma escola abandonada num Bairro. E é por tudo isso que comunicar é tão importante.

OLHAR PARA O PAPEL.

Se existem, em Portugal, quase 3000 publicações periódicas porquê colocar mais um jornal em circulação? A resposta está contida não na quantidade mas no tipo e na qualidade dos jornais de massas e canais de informação que se avistam no terreno. O seu principal objectivo não é a informação ou a educação mas sim a **criação de uma cultura de medo e a fabricação de opiniões.**

O processo é simples na descrição, complexo nas consequências. A partir da divulgação de notícias e informações espectaculares, exageradas e, em muitos casos, a divulgação de mentiras, os vários meios de informação desejam criar o medo de certos sujeitos (grupos sociais, fenómenos e pessoas). Num primeiro momento, abrem o caminho para que deixemos de pensar e passemos a ter todos a mesma opinião, a mesma visão sobre os mesmos assuntos e, inevitavelmente, cheguemos às mesmas conclusões. Noutras alturas, a divulgação de notícias e informações cumpre um objectivo determinado, ou seja, está subordinada aos interesses políticos e económicos do canal informativo ou do jornal onde é publicada. Bastaria, para tanto, notar que

mapa
Jornal de Informação Crítica

NOVEMBRO / DEZEMBRO 2012

COLABORAM NO MAPA.
REDACTORES: TEÓFILO FAGUNDES, GASTÃO LIS, LIGIA DO RIO, A., LEOPOLDO PACHECO, FILIPE NUNES, AMBAR SASHIMI, JÚLIO SILVESTRE, D. SILVANO POPINO, I.A

ILUSTRADORES, FOTÓGRAFOS E DESIGNERS: Ix, M.CARNEIRO, SMITH, LEOPOLDO PACHECO, MARIA JAIME, J. BARREIRA, LIGIA DO RIO.

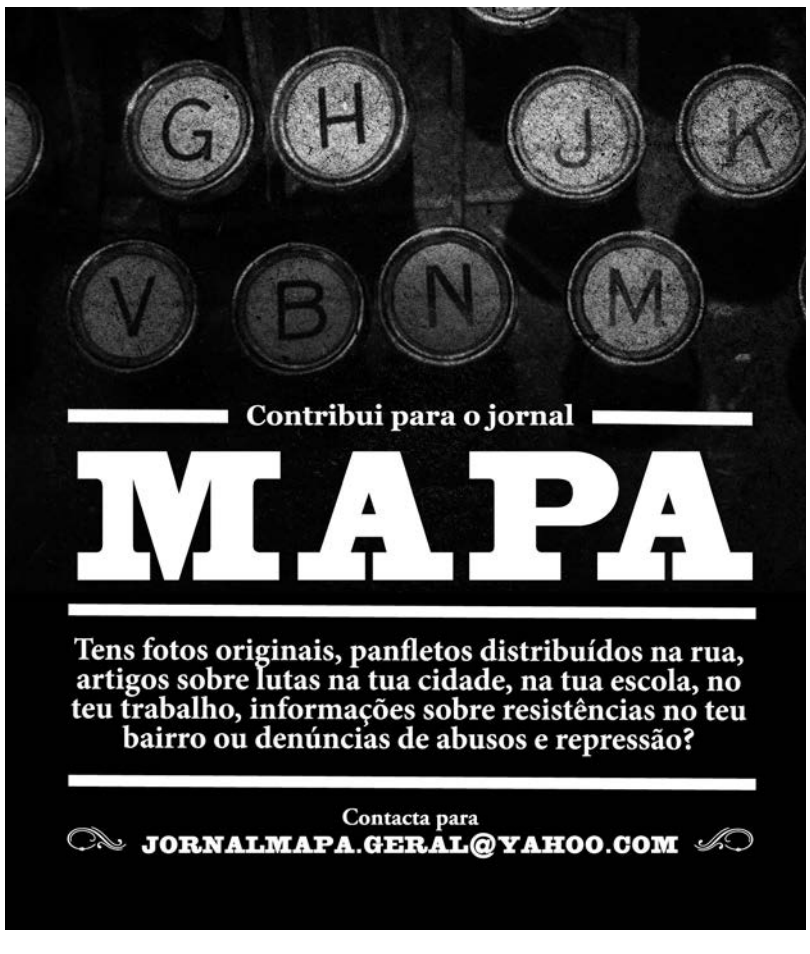
REVISÃO: LIGIA DO RIO, P.M.

INFORMÁTICA: JÚLIO SILVESTRE

TIRAGEM: 3000 EXEMPLARES.

PREÇO LIVRE

LÊ E DESCARREGA O JORNAL MAPA EM WWW.JORNALCRITICO.INFO


Contribui para o jornal
MAPA
Tens fotos originais, panfletos distribuídos na rua, artigos sobre lutas na tua cidade, na tua escola, no teu trabalho, informações sobre resistências no teu bairro ou denúncias de abusos e repressão?
Contacta para
JORNALMAPA.GERAL@YAHOO.COM

Queres distribuir o jornal mapa na tua cidade, na tua Vila, na tua Aldeia, no teu Bairro, na tua praia ou na tua serra? Queres receber o mapa?
CONTACTA PARA
JORNALMAPA.DISTRI@YAHOO.COM

OUTROS MAPAS

Grafitti em Alcântra, Lisboa

É por isso que bloquear os acessos a uma fábrica durante uma greve por mais salários é tão importante como colher vegetais de hortas comunitárias. É por isso que a mensagem contida num incêndio de um pórtico de auto-estrada num contexto de luta contra as SCUT é tão importante como a ocupação de uma escola abandonada num Bairro.

os grandes jornais, televisões e agências de notícias não só pertencem a grandes e conhecidos grupos económicos como são a expressão dos partidos políticos das suas áreas de influência, de juízes e polícias. Descrever esta dinâmica é impossível no espaço de duas páginas mas necessário ao longo do mapa. É mais importante ter consciência de que o pensamento livre e crítico, natural dos seres humanos, parece ser um tremendo inimigo das agências de notícias, dos jornais sensacionalistas, dos panfletos publicitários e dos grandes *opinion makers* da nossa praça.

MARCAR PONTOS E TRAÇAR LINHAS.

As 16 páginas que aqui estão foram pensadas enquanto projecto de comunicação. Sob a forma de jornal, publicam-se e difundem-se notícias, reportagens, entrevistas, análises, fotografias e ilustrações que sejam um contributo para ultrapassar o tal sistema económico e social baseado no dinheiro, no poder, na dominação e na exploração. Em suma, tratam-se elementos para a acção e o pensamento crítico.

Para isso, **pratica-se a denúncia** nas suas páginas. A partir do desenvolvimento de um espaço de informação que contenha as notícias gerais e locais escondidas, os episódios perdidos, as versões censuradas e as correspondências não publicadas põem-se a nu os crimes e as contradições da actualidade.

Essas contradições estão contidas nas ocupações e nos incêndios referidos em cima mas também em inúmeras outras situações, lutas e projectos. Estão nas assembleias populares, no bloqueio dos portos pelos trabalhadores da estiva, nas denúncias que reclusos fazem contra o sistema prisional e nos insultos que recebem os políticos onde quer que tenham a vergonha de aparecer. Também aqui precisamos de um mapa.

Para além disso trata-se de traçar linhas, **fazer ligações** e apontar o que há de comum entre pontos aparentemente desconexos. A possibilidade de comunicação parece surgir de um balancear entre o que potenciamos e o que denunciamos.

Assim, um MAPA pode ser muita coisa: uma ferramenta, um meio de informação, um projecto de comunicação e, finalmente, um jornal.

DESENHAR MAPAS

Este é o número inaugural. É, em muitos aspectos, experimental e tem como objectivo dar-se a conhecer para extrair dos seus leitores reacções e comentários que se transformem em combustível para a viajem que queremos fazer ao longo do MAPA.

O jornalismo que queremos praticar não é uma tarefa de profissionais e as fontes que consideramos são várias e diversas. Dos blogues locais às redes sociais, das entrevistas a desconhecidos na rua às declarações «sacadas» da Internet, das investigações no terreno às conversas com «especialistas» tudo são possibilidades para a informação crítica. Todos somos jornalistas quando escrevemos sobre uma situação no nosso bairro, fotografamos a nossa rua ou informamos sobre uma luta a ter lugar na nossa cidade.

Para além disto, a experiência diz-nos que a comunicação admite formas que ultrapassam a palavra, o texto, a imagem e o próprio meio em que a desenvolvemos. A comunicação surge em vários formatos e é impossível abranger ou sequer pensar que se consegue abranger a comunicação no seu todo. Uma mensagem escrita numa parede pode conter mais informação importante que um artigo publicado num jornal. Um rol de acontecimentos a terem lugar a uma rapidez cada vez maior fazem da prática jornalística e da actividade informativa um desafio. Da mesma forma, uma complexa rede de relações na sociedade leva-nos a não assumir, nem a isso nos propormos, o relato e cobertura total dos assuntos que abordamos. Teremos, sem dúvida, uma visão, uma interpretação e uma forma de olhar, mas não teremos, de forma alguma, a verdade. A nossa única verdade é a preferência que temos pelos gritos na rua em detrimento das palavras dos gabinetes, as rádios e os jornais locais em vez dos canais centrais da informação, as letras das músicas em vez dos pareceres dos analistas e a escrita a partir do terreno em vez de ficar só a olhar.

Para além disto o MAPA sai para as ruas em papel e estamos conscientes dos limites, mas também das possibilidades, de um jornal impresso em Portugal, no séc. XXI. Possui tempo médio de vida e prazo de validade, pode vir rasgado ou sem cor mas pode ser lido em qualquer lado. É, aliás, por isso que é em papel antes de ser uma página na Internet. Para ser lido no autocarro e no café, na biblioteca e na sala de espera, para ser levado para a rua e partilhado entre todos. Bem enrolado pode servir de megafone, bem dobrado podem-se fazer aviões com as suas páginas para chegar a outras latitudes mas, em todos os casos, um MAPA deve estar sempre à mão.

NOTÍCIAS À ESCALA

A Amadora é o município com maior densidade populacional de Portugal, tendo por volta de 175 000 habitantes. Devido à sua proximidade com Lisboa, funciona basicamente como uma cidade dormitório, verificando-se uma migração pendular para a capital.

O Estado blindado

Os Bairros na Amadora são um laboratório de experimentação disponível para que as autoridades treinem técnicas e métodos de actuação. As identificações, detenções e provocações têm lugar diariamente.

LIGIA DO RIO

Em bairros sociais nas periferias da grande Lisboa, as detenções, as identificações e as provocações contra a população são frequentes. As operações policiais ocorrem também frequentemente, mas o que se verifica desde o ano de 2010 é o facto das forças policiais terem ao seu dispor veículos blindados, característicos de cenários de guerra como o Afeganistão, que são usados contra civis em bairros residenciais em Portugal. A última vez que estes veículos foram usados foi no Bairro do Casal da Mira no Município da Amadora, no início de Agosto passado, numa operação com cerca de 200 agentes entre os quais elementos do corpo de intervenção e da Unidade especial de Polícia que detém a tutela dos veículos.

O bairro Casal da Mira é alvo constante de rusgas, detenções e abuso da força por parte da polícia.

Os blindados de guerra foram adquiridos em Novembro de 2010 para a cimeira da Nato (ver caixa) e, de acordo com notícias na imprensa oficial, até ao início de 2012 tinham sido usados quatro vezes sendo que uma delas seria o seu estacionamento em Belas-Sintra na passagem de ano 2011-2012, pelo facto da polícia temer confrontos durante o *Reveillon*. As outras três deslocações foram à Amadora, Odivelas e Setúbal. Todos eles concelhos na periferia da Grande Lisboa e que contam com bairros e zonas onde a pobreza e a exclusão são evidentes. Não é casualidade que este equipamento seja usado preferencialmente em zonas com estas características já que a polícia pode aí actuar sob uma capa de silêncio que é difícil de penetrar.

Vista aérea do Casal da Mira, bairro social construído em 2004 para realojar os habitantes dos bairros demolidos no concelho da Amadora.

A Amadora, por exemplo, é o município com maior densidade populacional de Portugal, tendo por volta de 175 000 habitantes. Devido à sua proximidade com Lisboa, funciona basicamente como uma cidade dormitório, verificando-se uma migração pendular para a capital. Como consequência da rápida expansão do município e o final da guerra colonial, nasceram vários bairros ditos clandestinos que, com o avançar do tempo, estão a ser demolidos e permutados pelos intitulados Bairros Sociais, fornecendo a ilusão da existência de uma reestruturação do município e permitindo-lhe assim acompanhar o progresso capitalista.

O bairro Casal da Mira, onde se deslocaram pela última vez os veículos blindados, foi construído em 2004 e é um dos bairros sociais que tem como objectivo o realojamento dos habitantes dos bairros demolidos. É um bairro onde se verifica uma elevada estigmatização social e racial (tal como muitos outros bairros deste município), e que é alvo constante de rusgas, detenções e abuso de força por parte da polícia. Em 2009 abriu o centro comercial Dolce Vita Tejo junto a este Bairro. Para que a Amadora pudesse receber um dos maiores centros comerciais da Europa, foi necessário haver uma enorme reestruturação do Casal da Mira e da Amadora em si, no que diz respeito ao controle e vigilância da cidade. Depois desta abertura o aumento do policiamento e da repressão nas ruas (principalmente nos bairros adjacentes ao centro comercial) aumentou a olhos vistos e continua a aumentar exponencialmente.

300

milhões de euros foi o valor investido para construir o Dolce Vita Tejo –construído junto ao Casal da Mira–, considerado o maior centro comercial de Europa em 2009, ano em que foi inaugurado.

Na pratica, muitos bairros com estas características são usados como laboratório de experimentação para as forças de segurança treinarem e testarem as suas técnicas e equipamentos. Quando questionado pelo MAPA acerca desta possibilidade a resposta de André, um jovem morador da Amadora, é clara:

«*Sim, completamente. Devido à enorme estigmatização que existe em relação aos bairros sociais, as operações repressivas e desmedidas têm uma aceitação bastante maior por parte da opinião pública do que se fossem executadas num bairro de classe média-alta, por exemplo. Esta situação permite à polícia abusar do poder e experimentar novas estratégias de controle sem que lhes seja apontado o dedo. Essa experimentação existe diariamente, a uma menor escala, com identificações, detenções, ou provocações, mas também se dá a uma larga escala como por exemplo as operações policiais levadas a cabo no mês de Agosto em que foram utilizados veículos blindados em rusgas, algo inédito em Portugal. Devido à situação económica e social que se vive neste momento, estes bairros sociais são o local ideal para a experimentação e utilização da força como modo de treino para situações futuras.*»

Com 350 cavalos de potência e 7 toneladas de peso podem transportar 11 agentes no seu interior e concedem protecção contra armas de calibre de guerra. Tratam-se de veículos semelhantes aos que são usados em cenários de guerra como o Iraque ou o Afeganistão.

Em 2010 estes veículos tinham estado no centro de polémicas devido ao facto de terem sido adquiridos por ajuste directo a uma empresa de segurança de nome Milícia que tem vendido equipamentos e armas às forças policiais em Portugal. Os veículos foram adquiridos em Novembro de 2010 para estarem disponíveis durante a realização da cimeira da NATO em Lisboa. Na altura foi criado, com a ajuda da comunicação social oficial e das forças policiais, um clima de terror em relação aos protestos contra a cimeira que resultou numa autêntica corrida ao armamento por parte das forças de segurança sob o pretexto de controlar motins e revoltas em larga escala. A entrega dos veículos foi feita já depois da cimeira da NATO ter terminado e apenas dois dos seis veículos previstos inicialmente foram adquiridos.

Os restantes veículos foram excluídos do negócio inicial de 6 veículos a serem adquiridos pelo Estado português e foram entretanto vendidos para Moçambique pela mesma empresa que, na impossibilidade de os vender para Portugal resolveu enviá-los para esse pais africano.

Os veículos são agora utilizados contra civis em bairros urbanos pois esse era desde sempre o principal objectivo da sua aquisição tendo a cimeira constituído um simples pormenor no rol de serviços repressivos que um veículo de guerra pode prestar ao Estado português. O pior cenário possível é aquele em que estes veículos, bem como outros equipamentos ao serviço da polícia, possam vir a ser utilizados não apenas em bairros sociais residenciais mas também para controlar e reprimir protestos sociais como greves em diversas fábricas, empresas e em manifestações.

Setembro 15 Outubro

A austeridade imposta(ou dócilmente aceite) começa a agitar as águas da famosa serenidade do povo português, as manifestações de 15 de Setembro abriram as hostilidades.

LIGIA DO RIO

Muitas têm sido as respostas às medidas de austeridade e aos ataques do Estado. De Norte a Sul de Portugal têm tido lugar manifestações, concentrações, sabotagens e um sem fim de outras acções. A mais falada e participada das respostas à austeridade foi a manifestação **"Que se lixe a Troika, queremos as nossas vidas"** no passado dia 15 de Setembro em várias cidades de Portugal e que em Lisboa, por exemplo, contou com cerca de 500.000 pessoas.

A característica mais interessante deste protesto, e amplamente aceite pelos que nele estiveram presentes, foi o facto de ter ultrapassado os limites comuns a que estão sujeitos muitos actos de protesto e, neste caso, a convocatória original dos organizadores. Trâmites como um percurso definido, horas de início e fim do protesto ou palavras de ordem pré-definidas foram praticamente inexistentes devido, não apenas à raiva e à revolta social criada pelas novas medidas de austeridade, mas também devido ao facto de um número inédito e gigantesco de pessoas terem aderido ao protesto. Em Lisboa, a manifestação, que deveria ter acabado na Praça de Espanha, rapidamente seguiu em direcção à AR, acabando nesse ponto muitas horas depois. Ao passar em frente à sede da representação da Troika, foram atiradas frutas e petardos. Durante todo o percurso foram pintadas várias montras de bancos e empresas bem como paredes com frases de protesto e foram ainda lançados petardos e fogo de artifício.

O fim da classe média? Os novos pobres são a nova realidade nacional, um alto indíce de suícidios e o alastramento da pobreza envergonhada.

Os momentos mais tensos acabaram por acontecer em frente à AR onde a polícia se viu a braços com a resistência de muitos manifestantes que não se conformaram nem com as medidas de austeridade, nem com os cordões ameaçadores da polícia que acabou por ser confrontada no local. Deste dia contam-se 4 detenções e na sequência um dos detidos foi condenado a um ano de pena suspensa acusado, pelo Estado, de resistência e coacção. No Porto foram partidos vidros de bancos e de uma empresa de Seguros. Nesta cidade, a manifestação contou, segundo os organizadores, com cerca de 100000 pessoas na Praça dos Aliados. Em Castelo Branco a cidade acordou com uma grande faixa no Castelo onde se podia ler **BASTA!.**

> Na manifestação de 15 de setembro trâmites como um percurso definido, horas de início e fim do protesto ou palavras de ordem pré-definidas foram praticamente inexistentes.

Na sexta-feira, dia 21 de Setembro, milhares de pessoas juntaram-se em frente ao Palácio de Belém em protesto simultâneo com o Conselho de Ministros a decorrer no interior. A Polícia voltou a marcar presença num tom provocatório. Foram detidas 5 pessoas.

No dia 5 de Outubro, 14 pessoas foram levadas para a esquadra no seguimento de uma concentração marcada para a AR sob o objectivo de uma "Invasão à Assembleia", 5 pessoas foram presentes a tribunal. A 15 de Outubro aquando da entrega do orçamento de Estado para 2013, milhares de pessoas estiveram concentradas novamente em frente à AR para um "Cerco a S.Bento". Durante a manifestação foram expulsos, por parte dos manifestantes, agentes da polícia vestidos à civil que se tinham infiltrado na manifestação. Pela noite, uma gigantesca fogueira foi acesa em frente às escadarias que ai permaneceu iluminando a noite. Os momentos mais tensos tiveram lugar junto à residência oficial do primeiro ministro onde mais agentes à civil foram expulsos pelos manifestantes que ai se deslocaram para se manifestarem contra deputados que estariam alegadamente a abandonar a AR. Nesse momento a polícia posicionou-se para defender a entrada lateral da AR e acabou por encontrar uma grande resposta à presença ameaçadora e imponente que havia demonstrado durante todo o protesto e, além disso, contra as perseguições, espancamentos e detenções que tem levado a cabo durante e após muitos protestos nos últimos tempos.

No que toca a greves tem decorrido há largas semanas a greve dos estivadores aos Sábados, Domingos e Feriados e aos dias úteis das 17h e as 8h, segundo um comunicado dos mesmos. Perante esta greve, os patrões, numa atitude de chantagem, exigiram que se fizesse uma requisição civil.

[Todos os dias têm lugar acções de protesto e uma lista completa de todas elas necessitaria de um espaço claramente superior ao disponibilizado nas páginas deste jornal]

A economia paralela

G.L.

A especulação financeira ultrapassa a produção industrial enquanto principal motor da economia. A denominada «economia do crime» representa 15% do resultado do comércio quotidiano.

Entre os beneficiários do tráfico encontram-se chefes de Estado (desde os anos noventa que já foram apanhados alguns, Suharto da Indonésia, Fujimori do Perú, Salinas do México, etc.).

Os escândalos financeiros sucedem-se uns atrás dos outros. Em bancos, empresas, câmaras municipais, também na comunidade europeia se assiste a diversos escândalos por via das subvenções e financiamentos variados, no fundo de pensões, nas obras públicas, etc..

Os paraísos fiscais «que a moral reprova, mas que a lei tolera», asseguram a ligação económica entre os «mercados poderosos», as instituições políticas e financeiras, e os «mercados do crime». Eles permitem o branqueamento de capitais de origem duvidosa ou claramente ilegal. Existem entre sessenta a oitenta espalhados por todo o mundo, existindo 13 na Europa e 28 nas Caraíbas.

A «economia do crime» é dominada pelo tráfico de droga, cujo montante do negócio é avaliado pela ONU em 500 mil milhões de dólares. Por outro lado, o montante acumulado pelas narco-divisas é calculado em 1.450 mil milhões de dólares (números de 2006). As pessoas envolvidas no tráfico de droga estão estimadas em 200.000. O número de utentes anda à volta de 216 milhões de pessoas (dados da Interpol publicados na imprensa).

O tráfico de seres humanos (essencialmente prostituição) rende, segundo a mesma fonte, cerca de 17mil milhões de dólares. Enquanto que, o tráfico de armas de pequeno calibre rende 1.000 milhões de dólares.

O que fazer quando os patrões se deslocalizam?

TEÓFILO FAGUNDES

A Cerâmica de Valadares, em Gaia, tinha 214 funcionários em regime de *lay-off*. Em meados de Agosto, com salários e subsídios de férias em atraso, metem trancas à porta da empresa, impedindo a entrada e a saída de viaturas e pessoas. No final desse mês, a administração começou a pagar-lhes Julho, ficando, porém, a faltar cerca de 30%. Em Setembro, a maioria dos funcionários suspendeu os contratos de trabalho, com o objectivo de poder recorrer ao subsídio de desemprego, mantendo vínculo à empresa. No dia 11 desse mês, a Segurança Social confirmou que a situação de 'lay-off' na empresa estava suspensa". A Cerâmica irá, muito provavelmente, fechar.

Em Julho, o administrador da Boulangerie de Paris mudou as fechaduras das portas das três pastelarias que o grupo detinha no Porto e fechou a empresa, fugindo para França. Tratou-se dum

encerramento forçado, violador da lei, que não respeita os trabalhadores que ficaram sem salários e sem possibilidade de recorrer ao subsídio de desemprego por não terem sido formalmente despedidos. Decidiram acampar junto a uma das lojas, em protesto e como forma de pressão para receberem o dinheiro e a carta de despedimento. Dois meses depois, já não estão lá. Têm a carta, que não o dinheiro.

Duas lutas em que os trabalhadores tomaram posições bastante combativas na defesa do direito básico de serem pagos pelo seu trabalho. Mas também duas lutas em que o sabor final é amargo. Talvez pela modéstia dos objectivos. É preciso pensar se não será hora de, quando os patrões se deslocalizam, económica ou pessoalmente, os trabalhadores continuarem a laborar, utilizando as instalações, os conhecimentos e o suor que, no final de contas, são seus. Seria inviável uma Cerâmica de Valadares ou uma Boulangerie de Paris gerida pelos próprios trabalhadores? Não o sabemos. O que sabemos é que, geridas por patrões, viável nenhuma foi.

NOTÍCIAS À ESCALA

As prisões voltam a ser uma "bomba relógio"

No dia 24 de Setembro diversos reclusos aderiram a uma greve de fome e de trabalho em protesto pelas condições precárias a que estão submetidos na maioria das prisões portuguesas.

LIGIA DO RIO

No dia 24 de Setembro teve lugar uma greve de fome levada a cabo por muitos reclusos das prisões portuguesas. Segundo a Direcção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP), em informações publicadas na imprensa, apenas cerca de 239 reclusos terão aderido ao protesto, o que constitui cerca de 2% da população prisional. Estas informações são, no entanto, desmentidas por relatos que dão conta de várias cadeias com uma adesão de metade dos reclusos e outras, como Coimbra, que de acordo com informações recolhidas pelo MAPA, esteve completamente paralisada, com apenas alguns reclusos a não aderirem a greve.

Na origem deste protesto esteve um manifesto assinado em nome de **Reclusos Anónimos Organizados,** onde se pode ler que vários reclusos se organizaram a nível nacional para lutar pela concessão de uma amnistia. Apelavam também a uma greve ao trabalho durante a semana de 24 a 29 de Setembro e propunham que se aumentassem os gastos que o sistema prisional tem com os reclusos, fazendo um consumo de água e electricidade acima do normal. No texto, posto a circular entre os presos, foram também denunciadas as condições dentro das prisões, bem como a forma como estes funcionam em Portugal, afirmando que "*A reclusão implica única e exclusivamente a perda de liberdade, no entanto as condições precárias da maioria das prisões portuguesas obrigam os reclusos a abdicarem da sua dignidade enquanto seres humanos e da própria vida*". Referem então a utilização do balde higiénico, a partilha de instalações sanitárias por dezenas de reclusos em camaratas, a colocação de reclusos com doenças infecto-contagiosas nos mesmos dormitórios que outros reclusos e as transferências forçadas da DGSP que age de forma repressiva e arbitrária contra os reclusos e as suas famílias, obrigando estes últimos a deslocarem-se centenas de quilómetros para visitarem os seus familiares detidos. No comunicado, os presos, referem ainda a sobrelotação prisional, a alimentação deficiente e as condições insalubres das celas apinhadas de presos em ambientes claustrofóbico,s numa descrição que não deixa dúvidas sobre o tipo de condições a que estão sujeitos.

A sobrelotação volta a ser uma perigosa realidade nas prisões portuguesas

A última amnistia dada aos presos teve lugar no século passado, mas como referem os presos *"as condições da vida prisional tem-se vindo a degradar em vez de se acompanhar o desenvolvimento humano e da sociedade com uma evolução no sistema prisional"*

No mesmo sentido António Pedro Dores, da Associação Contra a Exclusão pelo Desenvolvimento (ACED) afirma: *"Estamos a voltar rapidamente a uma situação semelhante àquela vivida nas prisões portuguesas na segunda metade da década de 90 quando o número de mortes nas prisões portuguesas ultrapassou de muito longe todos os recordes europeus, incluindo os dos países de leste, tradicionalmente mais duros e mortíferos. Depois de um susto dos dirigentes políticos, confrontados com a evidência dos números estatísticos divulgados internacionalmente, deu-se uma inversão da tendência de encarceramentos, no sentido de acabar com a sobrelotação. De pouca dura, essa tendência voltou ao passo de crescimento exponencial, coincidentemente com os discursos securitários do Procurador Geral da República e dos que publicamente reclamaram por mais prisões." Estamos outra vez na mesma, com a agravante de actualmente, com as chamadas penas alternativas, de facto mais correctamente seriam penas cumulativas, estarem cerca de 22.000 pessoas condenadas mas sem pena privativa de liberdade. À medida que a corrupção e os privilégios se tornam evidentes para todos os portugueses, bem como o efeitos devastadores da sua persistência, e a implicação do sistema de justiça, por acção e omissão, não pode ser ignorada, mais se verifica o assanhar das condenações, tornando-se tal desvario, outra vez, um problema político de primeira página, quando a política repressiva realizada pelas penitenciárias reclama segredo e recato mediático. A sobrelotação, a contenção orçamental, a proibição de entrada de comida entregue por familiares, a negligência no tratamento da saúde e da simples higiene, a organização de maus tratos sistemáticos alegando "alta segurança" ou "maus comportamentos", as condições intoleráveis de vida dos presos a assistirem diariamente a injustiças e a situações limite, bem pode dizer-se que se trata de uma situação explosiva, como sempre se arrisca a ser a vida na prisão. Acresce agora a tensão social generalizada e a esperança de mudança, cada vez mais uma necessidade."*

109.3 %

Taxa actual de ocupação das prisões portuguesas

Numa altura em que se adensa a austeridade e todo o tipo de cortes e contenções, parece ser mais difícil que as lutas dos presos sejam ouvidas e consideradas. Da mesma forma a função principal da prisão (a punição e reclusão de indivíduos) parece ter toda uma outra importância para o Estado, numa conjuntura de pobreza quase generalizada e crise a todos os níveis.

> "As prisões servem para encobrir políticas discriminatórias contra os pobres, e isso agrada aos políticos. O trabalho sujo deixam-no aos serviços(...)"

"As prisões servem para encobrir políticas discriminatórias contra os pobres (para dizer de modo simples e rápido) e isso agrada aos políticos. O trabalho sujo deixam-no aos serviços, sendo que esta dicotomia entre o interesse que beneficia os de cima e suja os de baixo se vai repercutindo até ao nível em que o guarda se encontra face a face com o preso (...) Nas prisões estão fechados interesses profundos das classes dominantes, em particular a cobertura ideológica da perversidade e do trabalho sujo de dominação e exploração, como se os dominados e os explorados estivessem mesmo a pedi-las.

As greves de fome e as greves ao trabalho sempre constituíram métodos que os presos têm usado para recuperar a dignidade e os direitos que o sistema prisional lhes roubou. Nas suas próprias palavras e patentes em comunicado: *"Uma coisa é certa, se não formos nós a lutar pelos nossos direitos, ninguém o fará"*

Este festival não se pode realizar aqui

TEÓFILO FAGUNDES

A 19 de Abril, a Câmara Municipal do Porto enviou a polícia para despejar a Es.Col.A da Fontinha, onde, durante um ano, voluntários tinham recuperado o espaço abandonado pela autarquia desde há cinco, devolvendo-o à comunidade. Para Setembro, algumas pessoas decidiram organizar um Festival cujas eventuais receitas revertessem para os encargos judiciais dos detidos no dia do despejo do Es.Col.A da Fontinha. O local escolhido foi o campo de futebol da Azenha, em Valongo.

Em pouco tempo, a associação que detinha o espaço deu o dito por não dito e censurou o evento. O que se revelou fundamental para essa atitude foram as notícias que começaram a surgir, em catadupa, nos dias anteriores. E o consequente receio de que lhes "caíssem em cima" por estarem envolvidos "neste" festival, numa terra com uma Câmara PSD, a meses de eleições autárquicas. Os organizadores chegaram a acreditar que nem sequer tinha havido pressões por parte dos poderes políticos locais. E que tinha sido apenas o medo de que pudesse surgir retaliação. Mas isso foi antes de nova carga censória.

De facto, poucos dias depois, o festival descobria novo local. Onde o medo, como ideia abstracta, não chegava. A Casa do Povo de Recarei, em Paredes, disponibilizava o seu polidesportivo e, depois, se houvesse algum tipo de chamada à pedra por parte da Câmara, logo se veria. A questão é que essa chamada veio muito antes do festival se realizar. Através dum telefonema e sob a forma de ameaças. A C. M. de Paredes não passaria as licenças de ruído. Se, mesmo assim, o evento fosse para a frente, mandaria a polícia de choque, apreenderia todo o material, despediria um membro da Casa do Povo que também é funcionário municipal e faria a vida negra à associação cujo espaço se recusa a legalizar há 23 anos. "Este festival não se pode realizar aqui", foi a mensagem.

Uma visita à Câmara revelou a razão técnica para o indeferimento do pedido: tinha sido feito fora dos prazos legais. Ora, isto não corresponde à verdade e, como tal, não respeita a lei, já que o processo deu entrada no dia 4 e o festival só se realizaria a partir de dia 21. Esta informação foi conseguida junto dos serviços técnicos, uma vez que os quadros políticos, nomeadamente a Secretária do Presidente e o seu Chefe de Gabinete, se recusaram a reconhecer que sabiam do que se tratava, afirmando mesmo ainda não estarem na posse do processo, apesar das indicações nesse sentido dadas tanto no Balcão Único como na Secretaria da C. M. de Paredes.

Esta Câmara tem um Presidente do PSD. Como a de Valongo. E a do Porto. Os tentáculos de Rio, aparentemente na calha para voos mais altos, estendem-se por toda a concelhia do partido. Qualquer manifestação de desagrado para com ele é censurada, sem vergonha, por todos os outros. Utilizando os próprios mecanismos camarários, até, como se viu, com recurso à ilegalidade, tentam silenciar vozes incómodas. Isto não é comum apenas ao PSD. É comum a todo este simulacro de democracia. E, como tal, mais do que um nojo, um motivo de inquietação.

Da destruição dos solos

Os impactos da degradação e consequente destruição dos solos pode ser verificado todos os dias: aumento de nitratos nos rios, pesticidas na água potável, inundações...

GASTÃO LIS

Os impactos da degradação e consequente destruição dos solos pode ser verificado todos os dias: aumento de nitratos nos rios, pesticidas na água potável, inundações...
Alguns dados mundiais, divulgados por especialistas insuspeitos nesta área, ajudam a compreender. Em 6.000 anos de agricultura o homem agricultor produziu 2 mil milhões de hectares de deserto; na actualidade, a agricultura produz 10 milhões de hectares de deserto; cada ano, enchem de betão cerca de 5 milhões de hectares; o sistema agrícola tecno-industrial já não consegue alimentar o planeta, milhões de pessoas são sub-alimentadas.

Todos os dias arruinam-se um pouco mais os rios e os lençóis freáticos. A irrigação das culturas provoca a salinização dos solos, destruindo a matéria orgânica pela aceleração da mineralização. Os «especialistas» chegaram à conclusão que 90% dos solos de países como a França, Espanha ou Portugal não têm mais actividade orgânica. Dito de outra maneira, os lençóis freáticos têm grandes dificuldades em se recarregarem.

Como é que chegámos aqui? Antes de tudo, é a consequência da convicção de que existe uma dicotomia homem-natureza. Depois, as práticas da agricultura moderna. Como, por exemplo, o uso de adubos químicos e a irrigação, as quais aceleram a perda de matérias orgânicas que alimentam a fauna. E sem a fauna não existem mais elementos nutritivos à superfície. Por exemplo, em 1950 encontrávamos por cada hectare 2 toneladas de "bichinhos" da terra; hoje, encontramos cerca de 50 kg na mesma superfície. Deste modo, os elementos nutritivos perdem-se e os solos destroem-se, provocando fenómenos de erosão generalizada, aumento das inundações, perda de retenção da água, e, logo, agravamento do efeito de estufa, empobrecimento dos solos e a quebra drástica dos rendimentos prometidos pelos ideólogos da Técnica. O ciclo é infernal.

Para compensar a fraqueza dos solos enchem-nos de adubos e produtos fitosanitários. Uma vez que o desaparecimento da vida animal no solo deixou o lugar vago para os cogumelos patogénicos e insectos "nocíveis".

Além disso, o amanho das terras e os solos nus constituem fenómenos agravantes no desaparecimento da pouca matéria orgânica que, após a cultura, resta à superfície. Isso impede a formação de húmus, favorece o desenvolvimento das ervas ditas "daninhas" e ainda acelera a mineralização dos solos. O sistema agrícola moderno é largamente sustentado pela indústria química que produz, por um lado, os adubos e os produtos fitosanitários e, por outro, os medicamentos que "tratam" os consumidores intoxicados. O efeito destruidor deste sistema é cada vez maior. Além de que, os apregoados rendimentos, os quais constituíram sempre um dos grandes argumentos para a imposição das práticas da «agricultura moderna», estagnam ou diminuem drasticamente sob o choque violento de retorno da natureza. Em contraste, a indústria dos medicamentos continua a facturar.

> Os solos empobreceram e a "agricultura moderna" não é mais durável.

Hoje, produz-se 70 quintais por hectare de trigo quando em 1984 a produção era cerca de 100. Nessa época os agrónomos anunciavam 150 para o ano 2000. Os solos empobreceram e a «agricultura moderna» não é mais durável. Os tecnofílicos pensaram que certos vegetais não precisavam de solos, somente de um suporte de lã mineral e de adubos, logo os industriais aproveitaram para facturar: tornando os alimentos insípidos.

Os nossos antepassados sabiam bem que cada terra tem as suas particularidades, cada solo é adaptado para esta ou aquela cultura, algumas para cereais outras para as vinhas, etc. Os nossos antepassados conheciam igualmente a necessidade de associar as margas e o composto sobre os terrenos a fim de regenerar os solos, a fim de, pese a intervenção humana, manter a vida biológica e assegurar boas colheitas. Em 1950, nenhum fungicida era necessário nos trigos da Europa. Hoje usam-se três ou quatro. Uma vez que, é o vendedor de produtos industriais que faz de conselheiro agrícola. Eis como as práticas desenvolvidas por muitas gerações são substituídas por receitas químicas: no cultivo, uma boa dose de pesticidas.

No final, os resultados são claros: a erosão dos solos que perdem a sua reserva útil em água e os lençóis freáticos poluídos. Os solos são tudo, menos matéria inerte. Trata-se de um sistema vivente (alguns chamam-lhe ecosistema) que, se for bem equilibrado, nutre as culturas, protege-a das doenças e das nocividades e fornece aos seres humanos que o respeitem os alimentos indispensáveis.

Quais são as soluções para parar essa destruição? Antes de tudo ter a ideia de que o ser humano é um, e só mais um, com a natureza. Deve pois, o ser humano, estabelecer uma relação pacífica com a biosfera.

Não podemos esperar tudo de um dia para o outro. É preciso tempo para reconstruir um solo. Comece-se pelo levantamento do terreno, avaliar as suas reservas nutritivas, tentar perceber as suas particularidades e as suas necessidades sem ter a convicção de que se sabe e conhece tudo. É necessário parar de «trabalhar a terra», para passarmos à «arte de repousar a terra», reconstituir a fauna e proteger os solos da erosão, etc. Neste tipo de acção não deixaremos um solo nu, devemos cobri-lo com vegetação adaptada a cada um, ao clima, à cultura. De seguida, deixar à natureza a tarefa de realizar a sua própria obra.

Um transporte à Belmiro

LIGIA DO RIO

A empresa Atlântic Ferrys, propriedade da SONAE, que explora a travessia marítima do Rio Sado entre Setúbal e Tróia, impede os seus utentes de adquirir bilhetes para a travessia num único sentido para o trajecto de passageiros no catamaran. Na base desta solução encontra-se, segundo o administrador da empresa, em declarações à imprensa local Setubalense, uma prática por parte dos utentes do Ferrys já comum e verificada de adquirir, na maioria das vezes, bilhetes de ida e volta. Não existe, no entanto, qualquer tipo de lógica compreensível para os utentes e a medida não passa de uma tentativa descarada de obter o maior volume de receitas possível através desta ligação e à conta dos seus utentes. Pela mesma fonte da empresa são ainda evocadas razões técnicas, afirmando esta que estas medidas permitem não haver necessidade de disponibilizar equipamentos para a compra de bilhetes do lado de Tróia.

Medidas deste tipo resultam no impedimento, para uma grande parte da população, de se deslocar ao outro lado do rio já que é incomportável os 5.50e que lhes são exigido pelo bilhete de ida-e-volta. E mesmo para o bilhete simples. Por outro lado obriga, necessariamente, a que um utente, tenha de voltar à margem esquerda do Sado pelo mesmo caminho ou então perde uma viagem pela qual já pagou. Uma forma legal e educada de autorizar a ida mas não a permanência no TroiaResort. Da mesma forma a travessia com automóvel no FerryBoat fica extremamente dispendiosa. Por exemplo, os 5 passageiros de um automóvel ligeiro que se desloquem até à freguesia da Comporta desembolsam 23 euros pela travessia e deslocam-se cerca de 12km entre o cais de desembarque e esta freguesia. A alternativa é seguir pela estrada Nacional nº10 até Alcácer do Sal e daí até à Comporta fazendo um percurso de aproximadamente 90Km.

Estes preços e estas medidas dificultam o acesso a uma zona que, num passado não muito longínquo, era ponto de encontro e lazer para a população de Setúbal. Com a construção do TróiaResort muitos hábitos e praticas que se verificavam na península de Tróia foram sendo alterados ou destruídos. Hoje já não se vêem as enchentes de pessoas dos bairros setubalenses para a praia devido não só aos excessivos preços dos bilhetes, mas também ao facto do espaço de Tróia estar completamente alterado e modificado para que se possam desenvolver negócios como o Casino, a Marina e os restaurantes de luxo.

Autorização para caminhar?

JÚLIO SILVESTRE

É longa a história dos trilhos e caminhos de montanha que abundam em montes e serras portuguesas. Na serra do Gerês, as velhas sendas guardam memórias do contrabando, dos assalariados da minas de volfrâmio, da transumância, da árdua labuta dos carvoeiros, até mesmo das fugas de exilados anti-franquistas após a guerra civil Espanhola. Actualmente, muitos desses caminhos estão em completo abandono, outros ainda mantidos pelas populações são usados por pastores, caminhantes e montanhistas.

Em Abril passado, utentes do Parque Nacional da Peneda Gerès manifestaram-se contra a cobrança de uma taxa de 152 euros para quem queira visitar áreas protegidas em parques naturais. A interpretação abusiva da portaria 138-A/2010 permitiu ao Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) exigir o pagamento desta taxa para que os pedidos de autorização de actividades de visitação possam ser analisados. Com base nesta interpretação, um grupo que caminhava na Serra de Aire e Candeeiros foi notificado pelo facto de não ter qualquer autorização para caminhar. Esta perseguição aos visitantes de zonas protegidas dos parques naturais, que na sua maioria o fazem de forma informal e sem vínculo a empresas, transforma-os em fugitivos a salto.

Recentemente, e após várias acções de protesto, a Assembleia da República viu-se forçada a debater o assunto. Como conclusão foi aprovada uma proposta que no essêncial visa manter as taxas a pagar sob o falso pretexto da protecção ambiental. Sobressai desta nova proposta a vontade em isentar do pagamento empresas e agentes de animação turística, considerados pelo ICNB parceiros privilegiados na conservação da natureza! Demagógica e visivelmente contraditória, esta proposta favorece empresas de turismo e penaliza cidadãos comuns e associações.

Depreende-se assim por um lado que o ICNB parece querer fomentar as caminhadas em centros comerciais e outros lugares longe dos parques naturais. Por outro, se forem empresas a organizar passeios com grupos alargados de pessoas não estará em risco a conservação da natureza. Seguindo a lógica do ICNB apenas quem pode pagar as referidas taxas estará apto para respeitar e cuidar das zonas protegidas. Parafraseando António Machado, se não pagares: "caminhante, não há caminho"...

TERRITÓRIOS EM TRANSFORMAÇÃO

Alcácer do Sal FUTURO "País Resort"

A visão oficial do desenvolvimento para o Alentejo encerra-o cada vez mais como um território de vocação turística. Sendo inegável as vantagens da sua natureza, espaço e clima único na Europa, não tem existido porém qualquer discussão ou reflexão sobre o modelo de desenvolvimento implícito a essa "opção" estratégica e que irá determinar o futuro de toda a vida social e o ecossistema de um território que corresponde a cerca de 30% do país, mas onde residem pouco mais de 14% da população portuguesa.

FILIPE NUNES

O Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), da iniciativa em 2006 do então Ministério da Economia e Inovação, coloca Portugal como um dos destinos de maior crescimento na Europa e o turismo como um dos motores de crescimento da economia nacional. Para extravasar a atual dependência do sector à oferta do Algarve, Lisboa e Madeira, a sua elevada sazonalidade de verão, associada a uma oferta essencialmente de gama média-baixa, assim como para fazer face à concorrência mundial da procura turística, foram definidas algumas metas nacionais que implicam novas frentes de expansão territorial. Essa estratégia nacional – patente em diversos documentos de ordenamento do território, que vão desde os Planos de Pormenor e Planos Diretores Municipais, aos Planos Regionais e Nacionais – destaca o aumento da importância dos escalões etários mais elevados e com maior poder de compra, o aumento do número de viagens de curta duração e a procura de experiências diversificadas, implicando o desenvolvimento das acessibilidades e da promoção, com realização de mega-eventos e outros eventos com repercussão internacional. Já em termos de oferta Portugal concorre e diferencia-se pelos seguintes factores listados: "clima e luz; história; cultura e tradição; hospitalidade e a diversidade concentrada" (PENT). Nomeiam-se, deste modo, os seus lugares comuns e insere-se, por fim, esse inovador conceito de "diversidade concentrada". Conceito que pretende agrupar a diversidade regional e a multiplicidade cultural e histórica com uma oferta em que Portugal se destacaria como um "País *resort*" (sic) concentrando "atlântico, praia, planície, floresta, ruralidade, cidade, golfe e casinos", assim privilegiando esse conceito turístico que são os *resorts*.

É pois em ser um "País *resort*" que Portugal aposta estrategicamente o seu crescimento. E para alcançar a meta dos 20 milhões de turistas em 2015 previa-se que coubesse ao Alentejo "a maior contribuição relativa, com crescimentos anuais da ordem dos 11%". Na região o destaque surge em torno dessa nova criação dos tempos modernos que são as Terras do Grande Lago (Alqueva), e sobretudo na aposta no Litoral Alentejano.

A criação óbvia do pólo turístico do Litoral Alentejano é justificada por um território natural ainda único, onde são potenciados alguns dos produtos turísticos "estratégicos": Sol e Mar, *Touring*, Golfe, Turismo Náutico, Resorts Integrados/Turismo Residencial, Saúde e Bem-Estar, Gastronomia e Vinhos. Inclui toda a linha de costa que vai de Tróia a S. Teotónio (Odemira), numa zona destacada por diversas áreas naturais protegidas. O Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT) determinou como Núcleos de Desenvolvimento Turístico na Costa Alentejana a Comporta (Alcácer do Sal), Tróia, Carvalhal, Melides e Fontainhas (Grândola), Costa de Santo André (Santiago do Cacém) e Malhão/Aivados (Odemira).

Uma costa que se inicia na península de Tróia, onde depois da herança dos anos 80 de Soltróia e sob a Torralta se instalou já o empreendimento Troiaresort, com novos blocos de apartamentos, loteamentos para moradias, casino-hotel e marina. A este verdadeiro cavalo de Tróia, de imediato se somaram outros empreendimentos turísticos totalizando, só nessa península, para cima de 10.000 camas. Costa abaixo – por enquanto ainda intervalados pela grande

© MARIA JAIME

aposta imobiliária que é a Prisão de Pinheiro da Cruz (a que o PROT refere já que será "permitida a instalação de empreendimento turístico na área abrangida pelo estabelecimento prisional") – contam-se já dois outros empreendimentos na zona de Melides: Costa Terra e Herdade do Pinheirinho. E num salto por cima da zona industrial de Sines, não faltam projetos de outros tantos resorts, como seja a "nova" Vila Nova de Milfontes na outra margem do Mira: o empreendimento de Vila Formosa.

Prendemo-nos no entanto a Norte desse Litoral Alentejano nas margens do Sado e tomemos o concelho de Alcácer do Sal como exemplo da transformação do Alentejo na meta do desenvolvimento deste "País *resort*" que se quer. Como referem vários Estudos de Impacte Ambientais "no que respeita ao sector turístico da região, tal como foi referido, o conjunto de projetos e intenções existentes apontam para uma profunda transformação da oferta turística no concelho de Alcácer e na sub-região, do Alentejo litoral. A oferta, baseada em empreendimentos turísticos de tipo *resort*, com hotelaria, componente residencial e, nalguns casos, campos de golfe, aponta para um crescimento do número de camas na ordem das 30.000, sendo 20.000 no concelho de Alcácer, no qual se situarão 6 dos 12 campos de golfe". Na verdade essas são contas por baixo, pois como se verá adiante os números ultrapassam já as 45.000 camas calculadas nessa vaga de empreendimentos em fase de apreciação ou licenciamento.

Atualmente os alojamentos turísticos em exploração no concelho de Alcácer do Sal, excluindo os 2 parques de campismo e caravanismo existentes, somam 1384 camas, traduzidas em 17 unidades turísticas: desde as residenciais, aos apartamentos turísticos, aos Hotéis (como a Pousada no castelo de Alcácer do Sal) e aos Aldeamentos Turísticos Casas da Comporta (452 camas) e da Herdade de Montalvo (300 camas). E por contraste ainda somam-se apenas 4 únicas ofertas de turismo em espaço rural. Uma aposta diferenciada entre alojamentos de baixa e média escala com os de grande escala claramente privilegiados e que, pelo contrário, não tende a ser invertida.

É óbvio que esta oferta poder-se-á assumir como limitadora (as estatísticas oficiais de 2010 davam o número de 763 como a capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros), mas cedo esse argumento, na senda do estimulado pelo PENT, passou dos oito aos oitenta. E se o Plano Director Municipal de Alcácer do Sal antes colidia com a ocupação turística massiva, logo o PROT procurou alterar esses limites. Mas ao introduzir um nível máximo de intensidade turística para o Alentejo Litoral, e para cada concelho, estipulado na relação de 1 cama turística por 1 habitante residente, reconhecia simultaneamente uma equação impossível de cumprir num concelho como Alcácer do Sal onde, segundo os últimos Censos, residiam uma população média anual de 12.771 pessoas, o que levará a uma ginástica legislativa habilidosa quanto aos níveis de intensidade turística previstos, aproveitando as cláusulas de exceção na legislação e no próprio PROT. E claro, houve ainda o "pequeno detalhe" que referia que esse nível não podia prejudicar os projetos avaliados ou vistos em planos de urbanização e de pormenor anteriores à data de entrada em vigor do PROT em 2010.

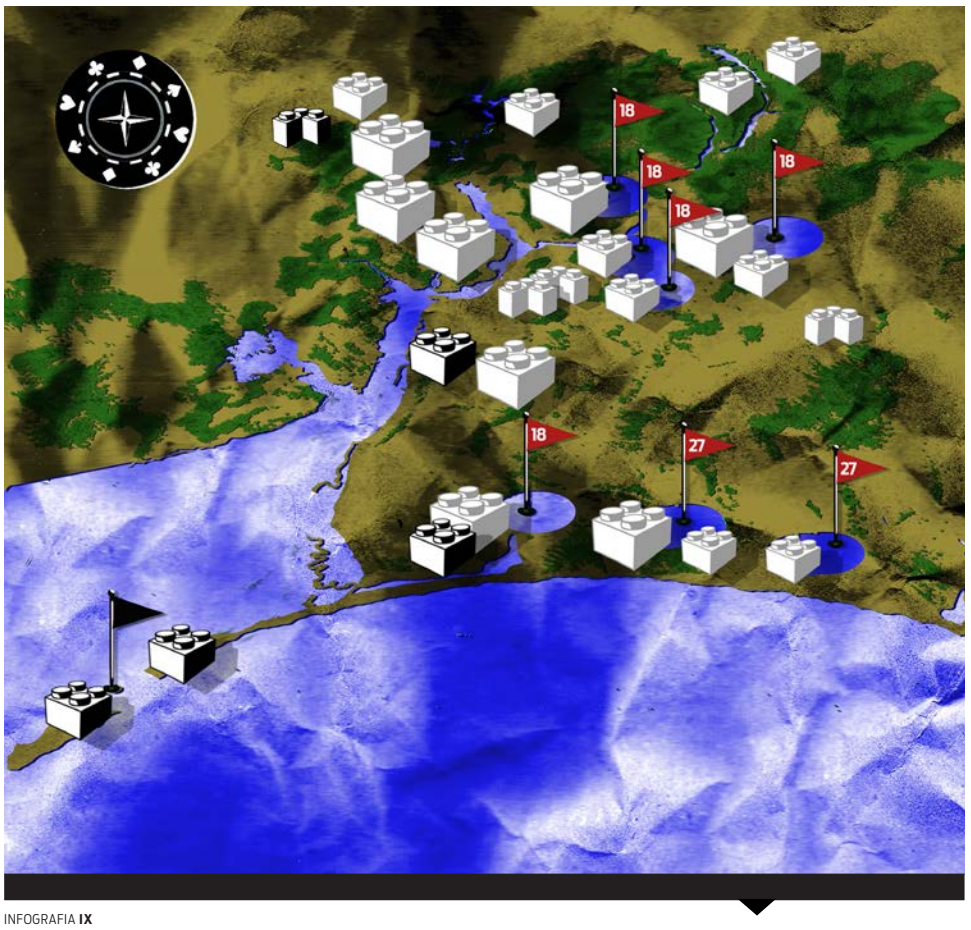
A ponta de lança da tomada de Alcácer do Sal pelos *resorts* é para já empunhada pelo grupo Espírito Santo, proprietário da Herdade da Comporta, levando a cabo dois empreendimentos turísticos: a Área de Desenvolvimento Turístico da Comporta (ADT2), no concelho de Alcácer do Sal, e a Área de Desenvolvimento Turístico do Carvalhal (ADT3) no concelho de Grândola e já em construção. Só no conjunto destes dois empreendimentos totalizam-se quase 11.000 camas, distribuídas por hotéis, aldeamentos turísticos e loteamentos residenciais e claro, ainda 2 campos de golf – que ainda não tendo sido construídos foram a escolha por Portugal à candidatura do maior evento de competição mundial, a Ryder Cup de 2018 (ganha pela França). Diga-se aliás que dos vários projectos previstos de campos de golfe, 58% situam-se no Alentejo.

Mas neste concelho cresce a toda a hora a listagem de novos empreendimentos. E na mesma relação de forças da situação hoje existente: de um lado contam-se cerca de 4 propostas de alojamentos locais e pequenos estabelecimentos hoteleiros e 1 único empreendimento de Turismo Rural, todos eles somando 144 camas. Do outro lado temos quase duas dezenas de projetos de empreendimentos – na sua maioria em fase de apreciação dos projetos/licenciamentos e alguns em estudos prévios – que somam para cima de 45.000 camas…

Assim para lá do já referido Projeto de Interesse Nacional (PIN) da Área de Desenvolvimento Turístico da Comporta - ADT2 (com 4937 camas e 3 golfs), temos na margem Sul do Sado a Herdade da Batalha (3370 camas); o Alcácer Vineyard Resort (1010 camas), colado à Herdade do Arêz (2244 camas e golf); a Herdade de Porches (4616 camas e golf); as Casas do Montado do Sobreiro (223 camas) e o Aldeamento Turístico de Lazer e Desporto do Alentejo (100 camas e golf). Já à volta da Vila de Alcácer o antigo Laranjal dos Citrinos de Alcácer, situado na continuidade norte da parte urbana da vila, pretende a sua reconversão num Aldeamento (Herdade do Laranjal) que de

MARIA JAIME

A ponta de lança da tomada de Alcácer do Sal pelos resorts é para já empunhada pelo grupo Espírito Santo, proprietário da Herdade da Comporta



INFOGRAFIA **IX**

Nesta infografia pode-se apreciar a futura colonização do litoral alentejano, é certo que os ritmos impostos pela crise existente na finança e na banca, menos afoitos a aventuras imediatas de investimento, ditarão um passo mais lento que o calculado para este processo, mas desde a tomada de Tróia pela Sonae que este é já um processo em marcha.

	EM CONSTRUÇÃO	EXISTENTES
ALDEAMENTO MÁX. 3000 CAMAS		
RESORT MÁX. 3000 CAMAS		
RESORT MÁX. 8000 CAMAS		
GOLF Nº BURACOS		

521 camas iniciais poderá somar as 3099, e que na verdade corresponderá a um novo bairro na vila. E na restante margem sul do Sado outros tantos *resorts* surgirão: a Aldeia das Cegonhas (926 camas) que junta com a Aldeia de Santiago (908 camas); a Herdade da Lança (200 camas) e depois o *ex libris* da conquista dos arrozais que é o gigantesco *resort* da Herdade da Barrosinha (8000 camas e golf) – batizado de Barrosinha Nature Farm Resort – e considerado em 2008 como PIN. Na margem norte do Sado a ordem da grandeza não é menor com a Herdade de Vale de Reis (5788 camas); a Herdade da Alápega (4420 camas e golf); a Herdade da Boavista e Sampaio (1540 camas); o Rio Mourinho Resort (943 camas) e o Empreendimento Turístico A (3750 camas). E resta ainda previsto no Plano de Ordenamento da Albufeira do Vale do Gaio um aldeamento turístico de 274 camas.

Todo este cenário delineado para Alcácer do Sal, coloca-o junto com a costa de Grândola, na nova meca do investimento turístico e imobiliário em Portugal, acenando a repetida senha do desenvolvimento local pelo aumento de postos de trabalho. E tal expetativa futura é como habitual acompanhada pelo discurso da "preservação de elevados níveis de sustentabilidade ambiental a nível regional, garantir elevados padrões de identidade cultural das comunidades e dos territórios e induzir uma equilibrada distribuição territorial da actividade turística na região", como refere a propósito da tal intensidade turística máxima o PROT.

É certo que os ritmos impostos pela crise existente na finança e na banca, menos afoitos a aventuras imediatas de investimento, ditarão um passo mais lento que o calculado para este processo, mas desde a tomada de Tróia pela Sonae que este é já um processo em marcha. É inegável que ocorrerá uma profunda transformação no Alentejo Litoral. E sobre esse processo em curso, "a crise" resgatou o direito ao debate, à discussão e à oposição contra aquele que se apresenta como a única solução de desenvolvimento para um concelho como Alcácer do Sal. Excepção feita a alguns textos contra vindas sobretudo do meio anarquista de Setúbal, o silêncio tem imperado.

Alcácer do Sal é um dos concelhos com mais baixa densidade populacional a nível nacional, 8,5 pessoas por Km^2 em 2010, cujas famílias se concentram na sede do concelho (em 2001, correspondendo a 46,2% da população) e na vila do Torrão (4,7%), e o restante distribuído por 37 lugares de pequena dimensão, dos quais apenas a Comporta ultrapassava uma população superior a 500 habitantes. Não é pois fácil contrapor argumentos contra propostas que acenam mais emprego e perspetivas de estímulo do tecido empresarial de base local e regional. No entanto, é igualmente evidente como a missão agora determinada para este território resultará, à semelhança do que aconteceu com o Algarve, na excessiva dependência ou mesmo monodependência futura em relação à atividade turística.

Uma estratégia que na verdade está já em

TERRITÓRIOS EM TRANSFORMAÇÃO

As ruas desertas dos novos bairros de Tróia

LIGIA DO RIO

curso e pode ser testemunhada na Herdade da Comporta. Esta é, recorde-se, uma zona de excelência de produção de arroz, e, nesse sentido essencial para a autossuficiência nacional de bens de primeira necessidade, isto é, da alimentação. A actividade contribuiu e suporta o facto do sector primário (agricultura, silvicultura) predominar no que concerne à atividade económica e na ocupação da população: as explorações agrícolas eram, em 2009, 739 sob uma superfície agrícola utilizada de 96 949 ha. Esse sector primário está hoje ameaçado pelo acossar do grupo Espirito Santo ao arrendamento rural, assim como pelas ameaças de venda do centro de secagem de Alcácer do Sal, usado por uma centena de pequenos e médios agricultores, aos grandes agrários do sector. Para o arroz interessa pelos vistos em Comporta apenas a sua mumificação no recente Museu do Arroz.

Deste modo, a dependência exclusiva na aposta do turismo determinará o fim da estrutura económica agrária, já débil, deste e da maior parte os concelhos do Alentejo Litoral. E quanto à inversão esperada das tendências demográficas regressivas, não deixará ainda desta fazer depender a sua estabilidade consoante a sazonalidade da atividade dos novos empreendimentos. E no que devia ser atendido antes e não depois, não está a ser minimamente considerada a qualidade de vida associada ao crescimento demográfico, uma vez que esta irá requerer novas exigências ao nível das infra-estruturas e equipamentos sociais (que a delapidada saúde é exemplo) para essas populações situadas, claro está, nas periferias dos novos aldeamentos turísticos.

E uma vez apontados estes aspetos mais pragmáticos e economicistas do modelo de desenvolvimento em causa, há obrigatoriamente que questionar não o "como vai ser", mas "o porquê", o que realmente se pretende e qual será o custo irreparável desse "País *resort*". Quais os custos que trará à paisagem, ao seu território natural e às suas identidades socioculturais.

Este conjunto de empreendimentos turísticos implanta-se, em boa parte, em áreas classificadas da Rede Natura 2000, rede ecológica que tem como finalidade assegurar a conservação a longo prazo das espécies e dos habitats mais ameaçados da Europa, nomeadamente do Sitio de Interesse Comunitário (SIC) da Cabrela, no interior do concelho, e no litoral os SIC Comporta-Galé e Estuário do Sado (este Zona de Proteção Especial). Porém, como é já de esperar, os estudos de impactes ambientais realizados têm possibilitado um quadro de avaliações e minimizações "tecnicamente" competentes para satisfazer as pretensões dos clientes que os encomendam e apresentar meras medidas à redução dos riscos e efeitos negativos. O que não é no entanto um garante, e muito menos um reflexo, da implementação de políticas integradas de sustentabilidade e defesa ambiental. Não será necessário recorrer ao exemplo das últimas décadas no Algarve, para reconhecer como esta tão elevada procura para a instalação de empreendimentos turísticos na região, potencia a pressão urbanística e põe em causa a preservação dos valores naturais, descaracterizando a paisagem.

Todos os processos de avaliação ambiental acabam na verdade por correr a ritmos burocráticos cada vez mais curtos e delineados com vista a uma ausência de ponderação, se é que tal hipótese sujeita às orientações estratégicas e planificadas pudesse ter lugar. Processos que apenas dão cobertura "verde", "eco", "sustentável" a projectos que se escudam em processos de "avaliação" e "participação pública" implicitamente ineficazes.

De igual modo entre os vários aspetos associados aos impactes ambientais, não é por ser recorrente que se deve deixar passar as implicações (naturais e sociais) do abate florestal do montado, e sobretudo da degradação dos recursos hídricos da zona onde se desenvolverão os desejados *resorts*. Quer seja durante a construção, quer durante a exploração do projetos com a deposição e o arrastamento dos poluentes gerados, estes levam à contaminação das águas de superfície e subterrâneas, ou a alterações dos regimes naturais de escoamento. E por mais eficientes modelos do uso e tratamentos da água que possam ser apresentados isoladamente, continua a faltar uma estratégia de gestão integrada dos recursos hídricos e em particular à proteção dos aquíferos enquanto reservas insubstituíveis de água no abastecimento público.

E aqui há inevitavelmente que falar do golf, sector que pretende concentrar em Alcácer o maior número (6) dos campos previstos na região. Esse cenário irá aumentar consideravelmente a poluição difusa provocada pela adubagem agrícola sobre essas massas de água subterrânea, tal como já era elencado aos 2 campos de golf (Tróia e Montado-Palmela) apontados como agentes poluidores em 2009 na Bacia do Sado, e sobretudo irá aumentar o gasto ofensivo desse bem precioso. São os próprios relatórios da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo que referem que "as necessidades futuras não deixarão de pressionar, como acontece atualmente, as origens subterrâneas, até por via da concentração da nova oferta turística junto à faixa litoral, onde esse tipo de origem da água é utilizado com mais frequência.

OS NOVOS COLONOS D'ALCÁCER DO SAL

SALK, PROPRIETIES (PORTUGAL) LDA.

ALCÁCER VINEYARD RESORT
ALCACER ART & GOLF RESORT HERDADE DO ARÊZ

JOAQUIM ÂNGELO & CACHADINHA, SA

ALDEAMENTO TÚRISTICO DA PRAIA DA COMPORTA
ALDEAMENTO TURÍSTICO DE LAZER E DESPORTO DO ALENTEJO

PAULO ALEXANDRE DOMINGOS OLIVEIRA E OUTRO (OLIVEIRA & COSTA / ALDEIA DAS CEGONHAS, SA)

ALDEIA DAS CEGONHAS

GRUPO ONGOING (TERRAS D'ALCÁCER)

ALDEIA DE SANTIAGO

GRUPO ESPIRITO SANTO (GESFIMO, HERDADE DA COMPORTA) (AMAN RESORTS)

ÁREA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DA COMPORTA (ADT2)
ÁREA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DE GRÂNDOLA (ADT3)

ROSÁCEA – INVESTIMENTOS IMOBILÁRIOS E TÚRISTICOS SA

CASAS DA COMPORTA

GRUPO LOGOPLASTE (LOGOALÁPEGA, LDA., EUROWAGON – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA LDA.)

HERDADE DA ALÁPEGA

GRUPO IMOVIA [SOARES DA COSTA] (COMPANHIA AGRÍCOLA DA BARROSINHA, SA)

HERDADE DA BARROSINHA (BARROSINHA NATURE FARM RESORT)

JOÃO CARLOS RAMADA CURTO OSÓRIO PINTO

HERDADE DA BOAVISTA E SAMPAIO

PEREIRA COUTINHO (TEMPLE)

PORCHES RESORT

GRUPO PARPÚBLICA (LAZER E FLORESTA, SA)

HERDADE DE VALE DE REIS

CIDEAL – CITRINOS DE ALCÁCER, LDA.

HERDADE DO LARANJAL

HERDADE RIO MOURINHO

RIO MOURINHO RESORT

HERDADE DA LANÇADA / TERRAS DE CAMINHA – COMÉRCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS AGÍCOLAS, LDA.

TERRAS DE CAMINHA

GRUPO AMORIM

TROIA DESIGN HOTEL, CONFERENCE CENTRE, MARINA & CASINO

GRUPO SONAE

TROIA RESORT
SOLTROIA I E II

GRUPO PELICANO (PARK HYATT)

PINHEIRINHO

GRUPO VOLKART QUEIROZ PEREIRA / GRUPO VOLKART

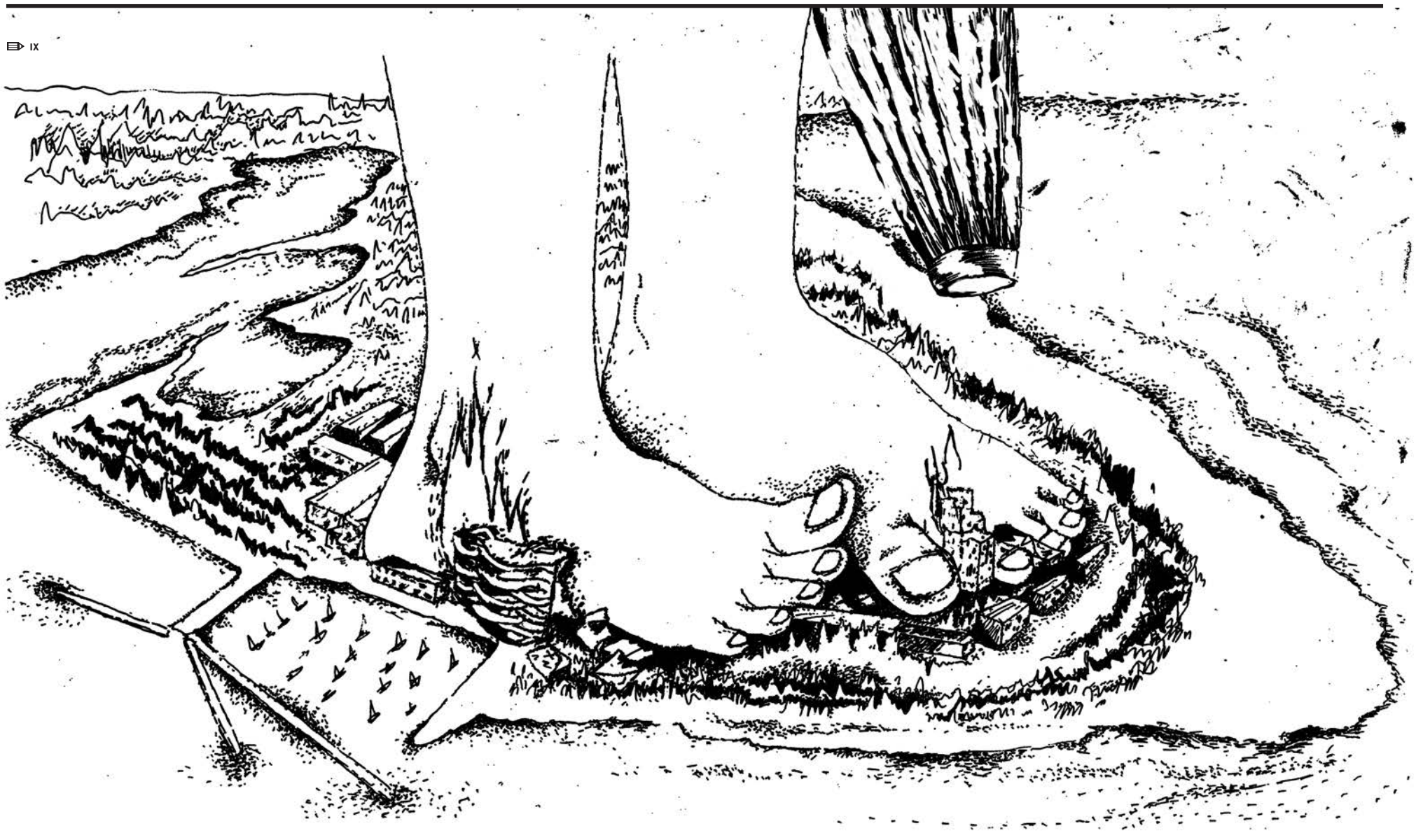
COSTA TERRA RESORT

ANTÓNIO XAVIER DE LIMA, LDA. (GREEN PINE'S MOUNTAIN - INVESTIMENTOS E EXPLORAÇÃO TURÍSTICA, S.A.)

HERDADE DA BATALHA

ALCÁCER DO SAL

IX



No entanto, no futuro, as origens superficiais serão mais pressionadas, quer por via dos investimentos em curso pelo Grupo Águas de Portugal, quer pela inevitabilidade em regar a nova oferta de golf essencialmente com água de origem superficial, ou, em casos pontuais, com águas residuais".

Mais concretamente, dados disponibilizados no Indymedia, atendendo os campos de golfe previstos em Alcácer do Sal e Grândola, fazem a matemática do desperdício da água: se 8 campos de 18 buracos têm um consumo diário de 5.000 metros cúbicos de água (1 metro cúbico equivalendo 1000 Litros), falamos de 5.000.000 litros diários por cada campo de golf, 40.000.000 por dia para todos eles. Já considerando a população dos dois concelhos com cerca de 30.000 habitantes, e com um consumo médio por habitante de 109 litros, teremos feitas as contas um consumo diário de 3 milhões e 270 mil litros de água por dia, contra os 40 milhões diários que os 8 golfs precisam. E os números são ao consumo diário. A restante contabilização já nem deveria servir de argumentação contra tamanho atentado feito em nome desse Turismo do Golf.

Resta por fim rebater aquele que dizem ser a principal marca deste Turismo que se define no contacto com a natureza e a cultura regional. A verdade é que a paisagem e as gentes são produtos mercantilizados postos ao serviço deste tipo de empreendimentos turísticos. Em vez de "uma integração na paisagem local" como afirmam ser os tais *resorts* integrados de turismo residencial, contribuem, isso sim, para a "descaracterização da paisagem tradicional alentejana com afetação da sua função identitária". Os riscos são desse modo claramente assumidos em qualquer análise dos impactes cumulativos dos vários projetos, considerando que "o elevado número de turistas e o potencial crescimento de população residente constituem outros fatores que pressionarão os modos de vida e identidades locais."

Essas alterações, é certo, serão sempre um processo natural a qualquer comunidade humana cuja sobrevivência é vivida em dinâmica e não no mero atavismo conservador da tradição. Pelo que aqui importa atender, e não esquecer, é que, em primeiro lugar, essas mudanças não são determinadas pelas comunidades, mas decretadas por planos estratégicos servindo a estatística superlativa do crescimento económico baseada esta sempre nos interesses dos grandes grupos económicos, cujas metas de lucro serão sempre tão imediatas quanto possível. Em toda essa estratégia, a significância do enquadramento paisagístico e social é ditada pura e exclusivamente na medida desses interesses e dessa perspetiva financeira. A integração dos valores naturais e culturais locais é assim pré-determinada e mesmo formatada a esses objetivos. Em segundo lugar, se o significado dessas alterações "dependerá também do grau de vitalidade das comunidades locais e da sua capacidade de gerir a mudança", resulta inquirir sobre quais são as expetativas e a coesão dessas mesmas comunidades hoje. O fim da ruralidade, não enquanto atavismo do camponês, mas como eixo de coesão social e com o entorno natural, processado na glorificação do desenvolvimento capitalista das últimas décadas, contribuiu precisamente para o desfalecimento dessa vitalidade das comunidades locais, comumente conhecido como a desertificação do país interior.

Assim, essas expectativas parecem ser no mínimo desconhecidas, ou pior, surdas e mudas ao futuro à imagem de um "País *resort*". Um futuro que apenas serve a expectativa e o desenvolvimento à medida do que é descrito por André Jordan, empresário de topo do turismo do país, e criador da Quinta do Lago no Algarve: «Portugal é um país que tem um carro chefe que é o turismo e o imobiliário. Não adianta fingir que os moinhos de vento ou as pequenas exportações de sapatos são a solução. (…) O Algarve [como aqui o Alentejo] precisa de ter um programa muito bem desenhado que não seja discoteca na praia, mas sim programas que atraiam uma burguesia de meia-idade com alguma cultura. (…). Não sou pessimista, sou realista».

> **(…)se 8 campos de 18 buracos têm um consumo diário de 5.000 metros cúbicos de água (1 metro cúbico equivalendo 1000 Litros), falamos de 5.000.000 litros diários por cada campo de golf, 40.000.000 por dia para todos eles.**

A grande tábua de salvação para o País parece assim respeitar uma questão de classes. E sobre esse clássico pressuposto classista dos ricos e dos pobres, Alcácer do Sal já leva anos de experiência. Assim, às aldeias, às comunidades locais e à população, resta de novo posicionar-se como peões nesse tabuleiro social aceitando as benesses de servir essa "burguesia de meia-idade com alguma cultura"

Neste modelo de desenvolvimento, em torno da vila de Alcácer do Sal ou disperso pelo concelho, nascem novas aldeias na reserva e na privacidade colonial de quem procura "uma segunda habitação numa área de maior comunhão com a natureza (…) valorizando as denominações de origem protegida e da cultura local na envolvente ao aldeamento turístico, dando ênfase à saúde pública, fito terapia e perfumes, relaxamento e spa conjuntamente com arquitectura e design", como referia uma das projetadas. Ao lado da aldeia servil, surgirá o Aldeamento Turístico, onde antes era a herdade dos Senhores. Lugares, agora "ecológicos e sustentáveis" onde se anuncia a "slow life", que mapeiam novas aldeias da burguesia culta e rica sob o seu Sol e Mar, o verde do Golf e não dos arrozais, da Saúde e Bem-Estar, que não do centro de saúde que fechou, ou da Gastronomia e dos Vinhos gourmet o suficiente para não ser popular.

Um desenvolvimento servil que assentará ele mesmo sobre numa nova cartografia de Alcácer do Sal. E Alcácer do Sal, à imagem do futuro "País *resort*", será o reflexo de uma comunidade de pessoas que delegou e deixou cair nas mãos da indústria turística todo o potencial natural, económico e humano de um território, que será vendido e revendido, até desaparecer.

TERRITÓRIOS EM TRANSFORMAÇÃO

M. CARNEIRO

PORTO
DA REABILITAÇÃO URBANA À CONQUISTA DO ESPAÇO PÚBLICO

TEÓFILO FAGUNDES

Vivemos aqui há décadas. Sabemos onde se metem meias solas nos sapatos, onde o café é mais saboroso, em que zona plantar os tomateiros. Mas há alturas em que olhamos sem ver e, de repente, quando voltamos a reparar, damos por nós à procura da familiaridade da geografia. Servida em Planos Directores Municipais e Sociedades de Reabilitação Urbana, toda uma nova cidade se planeia e se põe em prática. Já não para viver, mas para visitar. Sem sapateiros, com o café a saber ao mesmo em todo o lado, sem terra para tomates. Ainda cá vivemos, apesar de tudo. E é esse testemunho que achamos necessário partilhar.

Não se pretende aqui mapear o novo Porto, o que se abre para os olhos dos turistas e para quem quer uma segunda casa numa zona-postal. Até porque esse "novo" não existe. É o mesmo processo de sempre, o de submeter as pessoas e as suas relações aos ditames da decisão que, a cada momento, vem salvar a cidade da desgraça em que a puseram. O ciclo imbecil de serem os mesmos que forjam os problemas a tratarem da sua solução. De uma vida numa cidade em ruína, pretende-se passar para um simulacro de vida citadina. Como se não houvesse mais nada.

DA PERIFERIA...

Eram aldeias. Geográfica e humanamente separadas da cidade. Ficavam para além da última parte verdadeiramente urbana. Aquém dos campos agrícolas que serviam de fronteira entre o Porto e a sua periferia oriental. O seu papel, o de fornecerem alimento, oxigénio e trabalhadores para a pólis. Eram aldeias. Com a sua tacanhez, fechadas sobre si próprias, rivais umas das outras, numa espécie de concurso de forças e popularidade que, não raras vezes, descambava em luta mano a mano.

Eram aldeias e aldeias continuaram a ser mesmo quando instalaram, nos chamados espaços livres, os expulsos das zonas da cidade que se iam tornando nobres e, como tal, necessitadas de serem limpas de indesejáveis. Entre as velhas aldeias dos antigos pobres, outras surgiram para encaixotar outros deserdados, novos e velhos, os despossuídos e as minorias étnicas. Bouças e agras, oxigénio e comida trocadas por blocos e ruas, cimento e alcatrão.

E, desta forma, aldeias centenárias passaram a conviver com novas aldeias, criando laços, aproximando até terras que se habituaram a crescer de costas voltadas pela enorme e inexpugnável distância que, antes, as separava. Distância que não diminuiu, mas que se esbateu com o desaparecer de coutos, poços, caminhos ermos e ervas altas, e o consequente fim das lendas de bruxas, duendes e maus olhados que impediam que alguém se atrevesse a percorrê-la.

Com a deslocalização do fornecimento de alimento, garantir espaços agrícolas deixou de fazer sentido para os decisores. A fronteira rural da cidade desenvolveu-se, assim, nas décadas do aprofundamento do capitalismo, com a única preocupação de encaixotar trabalhadores indiferenciados e grupos sociais que convinha afastar dos olhos dos turistas. No entanto, nas décadas da globalização, com o trabalho a seguir o mesmo trilho de deslocalização, a sua função de armazém de mão de obra também se esvai.

Deixa de ser limite e passa a ser margem. Da cidade e da sociedade. Que se confundem no aspecto da roupa, da pele e dos dentes, na desumanização das relações sociais, nas descartabilização do ser humano como peça da máquina de fazer dinheiro. A margem da cidade deixa de o ser, é como que expulsa, e torna-se periferia, com viadutos a dois palmos de varandas e com comboios, autocarros, metros, automóveis e nós rodoviários por todos os lados. Porque, entretanto, deixou de ser para que pessoas vivam e passou a ser para que gente circule para dentro e para fora ou à volta do Porto. E, então, que interessam as aldeias? Rasguem-se, afastem-se, destruam-se aos bocadinhos. Onde é precisa uma estrada para um carro passar não cabe uma casa. Onde é preciso colocar uma linha para o metro não cabe uma horta. Onde é preciso meter uma rotunda não cabe um tanque comunitário. E quem constrói tudo isto é quem acaba expulso e desenraizado.

Pode parecer pouco, porque é isso que sempre parece quando olhamos para as coisas embrulhadas com enfeites de progresso. Mas esta era uma zona em que não se temiam as crises que os senhores do topo do mundo inventam para nos retirar dignidade e acumular mais um pouco de riqueza, através da transferência de sempre, a de baixo para cima. Porque havia tecto e comida, havia amigos e familiares ao virar da esquina, havia clientes para o biscate pouco mais longe. Hoje, há relvados estéreis perto das linhas do metro, campos abandonados por serem incultiváveis. Os amigos e familiares estão do outro lado do viaduto que não se lembra dos peões, ainda assim uma rotunda mais perto do que o cliente cujos biscates perdi.

A antiga zona agrícola de Contumil, a que se chamava Beirão, parecia enorme a quem lá brincava na infância. Havia campos e campos, árvores, tanques, amoras, um labirinto infindável de caminhos. Poucos muros altos, que os terrenos eram separados por vegetação. Essa zona desapareceu. É, agora, parte da linha F do metro do Porto. Percorrendo-a, percebe-se que o tamanho não era uma ilusão infantil. Só não se percebe é o que vai ser da gente que já não tem terra cultivável ali. Não se percebe como foi possível deitar tanta comida fora.

O bairro de S. Roque da Lameira era dividido pela linha de comboio. Tinha uma ponte, bonita aliás, com não mais do que 10 metros. O suficiente para que essa cicatriz da civilização se sentisse. De tal forma que a parte de baixo se chamava S. Roque e a de cima Engenheiro Machado Vaz. Havia uma vida de cada lado da ponte, mas também havia O café do bairro e O clube do bairro. Com a construção do nó rodoviário do Mercado Abastecedor, essa cicatriz, passou duma ponte de 10 metros a uma rotunda com um sem fim de entradas e saídas, esquecida de rampas para cadeiras de rodas, impossível de atravessar por quem tenha um qualquer tipo de limitação motora. O café definhou. O clube deixou de ter futebol e é apenas mais um tasco.

São dois exemplos. Os que eu conheço melhor. Que reflectem esta tendência de esquecer as pessoas, de transformar a vida de comunidades inteiras sem dizer água vai, em prol do que for a necessidade actual dos decisores e de quem neles manda. Chamam-lhe progresso, mas não é mais do que a exploração habitual por outros meios. Exemplos que nos devem fazer pensar se uma comunidade, se lhe fosse permitido decidir, alguma vez aceitaria uma via rápida que a cortasse a meio, por exemplo. Porque da resposta depende a perspectiva sobre a questão fundamental de perceber se o próprio modelo que levou à necessidade dessa via rápida não deveria ser repensado.

...PARA O CENTRO

Durante décadas deixado ao abandono, o centro do Porto tornou-se um terreno fértil para uma reestruturação social de toda a cidade. As estratégias para a urbe acabam, agora, por desembocar num frenesim de construção em plena crise, erguendo novos alicerces no afastamento das classes populares dum centro que foi por si construído: a cidade deixa de ser composta de forma orgânica por quem a vive e passa a sê-lo por estratégias dinamizadoras e organizacionais importadas duma cartilha cuja credibilidade há já muito que está fora do prazo.

Em 2005, surgiu a **Porto Vivo SRU**, uma Sociedade de Reabilitação Urbana de capitais públicos cuja estratégia assenta na venda de património da cidade a grandes investidores. Neste ano de 2012, acabou por ver o seu leilão da cidade chegar ao triunfo infame: o público investe, os bancos bancam e chupam até ao caroço. O anjo na terra é privado e é um investidor benfeitor. O estranho é como é que uma cidade milenar foi posta à venda dum dia para o outro e isso é contado como um dado adquirido, como uma solução final e fatal.

Das camadas que compõem as histórias duma cidade, avalia-se o que é estético e inestético, aproveitam-se as fachadas nobres, demole-se o miolo e instala-se a ordem cosmopolita provinciana importada. E, a todo o custo, espalha-se a virose cívica que diz que todos os cantos escuros, letreiros mal escritos ou parede grafitada são contrários ao progresso. Esta lógica culminou com a criação pela C.M. do Porto, dum **Gabinete de Arrumação e Estética do Espaço Público do Porto** . Se necessário, apela-se à delação e ao polícia interior. A luta de classes continua de pé: a ordem reinante manifesta-o em pleno nas estratégias de planos arquitectónicos e urbanísticos que anunciam "uma cidade velha como nova".

Na última década, no Porto, multiplicaram-se os gabinetes, os planos, as cosméticas. A austeridade afectou as árvores, substituíram-se os jardins por granito e aguadas de cimento e o espaço público pelo privado. Neste momento, culmina uma das obras emblemáticas da Porto Vivo: o quarteirão das Cardosas. Situado no centro do velho burgo, é um dos quarteirões que compõem a Avenida da Liberdade. Numa parceria que envolveu vários bancos, expropriou-se quem aí vivia e, como previsto, instalou-se o Hotel Intercontinental, unidade hoteleira de 5 estrelas, na fachada do velho edifício do palácio das Cardosas. No seu interior, nasceu a primeira praça privada da cidade, cujo caminho traçado pelo plano estratégico de acção da **SRU** era o da construção dum "espaço interior de forte cariz cívico e ambiente mais intimista. ". Ao inestético opõe-se o cívico e fecha-se as suas portas à noite.

À volta do quarteirão, um mar de obras sobe as ruas que o ladeiam, a dos Caldeireiros e a de Trás. Tal como a ideia estratégica traçada, adequa-se a oferta comercial ao novo "público": turistas, jovens artistas, professores universitários e outros quadros superiores residentes em Lisboa que queiram encontrar segunda residência, encabeçam o grupo referido pelo plano desenhado em 2005.

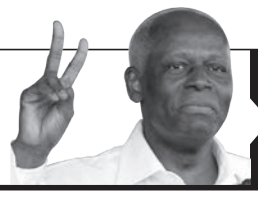
Mais uma vez, o vivido é inestético e inadequado à nova vida da cidade, essa vida que se baseia nas vias que tudo rompem e que, em vez de trazerem novos mundos, trazem o mesmo de sempre, num turismo que maltrata a viagem e se impõe sobre a terra que diz descobrir. Saindo da Rua dos Caldeireiros, entrando pela da Vitória adentro, mais um hotel. Mais à frente vende-se mais uma parcela da cidade e planeia-se um outro: o Miradouro da Bataria, ponto privilegiado do centro popular do Porto, junto ao Mosteiro de São Bento, transformou-se em mais um "lote de intervenção" e foi recentemente leiloado pela Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (FDZHP), e comprado pela construtora Maranhão por tuta e meia. Em breve, iniciar-se-ão as obras para a construção de mais uma unidade hoteleira de luxo, bem no âmago duma cidade que vive como pode, habituada às dinâmicas da sobrevivência do quotidiano comunitário.

"Com a variedade de recursos disponíveis, o Porto conquista todos os seus visitantes, desde os que o procuram pela história e autenticidade àqueles que o buscam para explorar uma nova cidade, mais cosmopolita e contemporânea" (European Consumers Choice – Porto, melhor destino europeu 2012)

A esperança parece residir aí, na criação dum destino exótico que irá servir de tábua de salvação económica a muita gente, um el dorado que nos entra pela casa, pelas ruas, pelas vidas: a urgência económica leva a que uma crítica de raiz não veja espaço para crescer. Em nome do crescimento, vale tudo, nem que isso implique os crescentes laços de dependência externa que se vão criando. Cria-se uma comunidade de serviços, que apenas aprende a servir e cujo medo de o poder deixar de fazer permite que tudo ao seu redor seja conquistado: tudo deve ser feito de forma a nunca se ferirem susceptibilidades de futuros possíveis investidores, servindo sem nunca questionar.

Os discursos provindos de todos os quadrantes, da esquerda à direita, lançaram a urgência, na última década, para uma recuperação cega do património do centro. Este progresso, nas suas linhas de base, parece unânime em todo o espectro partidário. O tom calamitoso sobre a ruína legitimou todas as possibilidades sem nunca conseguir realmente questionar o abandono da propriedade, privada e pública, e a lógica da sua existência. Criou-se um lugar que caminha para o deja-vu dum mundo previsível, em relação ao qual nos dizem estarmos constantemente atrasados. Resta-nos, agora, perceber que túneis podemos agora escavar para se poder pensar um mundo outro a experimentar sem que deixemos de poder caminhar sobre as ruas onde crescemos. Que se tome a ruína.

ENTREVISTA



Presidente (jamais eleito) de Angola desde 1979, José Eduardo dos Santos é o segundo chefe de estado com mais anos no poder no continente africano. Angola é hoje em dia a terceira maior economia de África mas mais de metade da população sobrevive com menos de €1,5 ao dia. Enquanto as piscinas e as grandes mansões prosperam em Luanda, a maioria da população da capital vive apinhada em bairros de lata com acesso limitado a água corrente, saneamento ou electricidade.

LUATY [RAPPER ANGOLANO]

"A juventude angolana está impaciente e não quer mais ouvir a desculpa da guerra para justificar a sua miséria"

O Luaty é um rapper angolano, também conhecido por Ikonoklasta ou, como me lembro nos velhos tempos, Brigadeiro Mata Frakuzx. A sua música sempre foi crítica mas ultimamente tem sido apelidado de activista contra o regime Angolano. No dia 12 de Junho deste ano, apareceu nos meios de comunicação portugueses por ser acusado de transportar um pacote de cocaína na sua bagagem, num voo de Luanda para Lisboa. Nem mesmo o juiz ao qual foi apresentado pareceu acreditar na montagem mal feita de que foi vítima, até porque o peso da bagagem que despachou era inferior ao peso da bagagem à chegada, aquando da sua detenção.

A 31 de Agosto houve eleições em Angola e José Eduardo dos Santos foi reeleito como presidente. A seguinte entrevista foi enviada antes dos actos eleitorais mas respondida depois destes.

AMBAR SASHIMI

Quem está assumidamente contra os abusos de poder do regime tem sofrido muito. Numa terra com tanta miséria grave, é fácil pagar aos pobres para fazerem o trabalho sujo dos ricos. Daí existirem tantos grupos/milícias pró-governo que espancam, ameaçam e raptam quem luta pela justiça social. É preciso falar sobre isto, expor estes casos e, quando possível, denunciar culpados, apesar do risco de o fazer. Importas-te de nos contar alguns dos episódios de tentativas de coacção que te aconteceram a ti ou a pessoas próximas de ti? Para termos uma ideia da realidade repressiva que aí se vive...

Começo a coleccionar algumas histórias próprias de quem se insurge contra a injustiça seja onde for no mundo. Aqui ainda é por coisas básicas e elementares, noutros sítios por se revelarem cabos[1] secretos e se comprometer seriamente o establishment. Já me pregaram muitas partidas: pseudo-manifestação à porta de casa em que me arrombaram a porta e atiraram garrafas para dentro de casa, espancamento na via pública, paulada na manifestação, sms para mãe ameaçando assassinato, carta para avó preconizando incêndio da casa e carbonização dos ocupantes, cocaína na roda, enfim, o de costume, nada de muito original.

Marcha contra a violência em repúdio ao assassinato de Jorge Valério, que reuniu milhares de pessoas nas ruas de Luanda, no passado dia 6 de outubro.

FOTO RETIRADA DE **CENTRALANGOLA7311.NET**

Outro dos momentos em que os governantes recorreram à violência foi nas manifestações na capital em que usaram directamente a polícia para reprimir, como de resto acontece em tantos outros sítios pelo mundo fora. Qual era o ambiente nesses dias de manifestação? Na pouca cobertura mediática que houve em Portugal sobre o caso, dizia-se que eram uns poucos estudantes em manifestação contra o governo. Mas qual era exactamente a convocatória?

> "Quem ganha é o MPLA pura e simplesmente porque ele é jogador e árbitro e transgride as regras do jogo a seu bel-prazer sem que tenha alguém para puni-lo"

A convocatória alternava. Focava-se mormente no pedido de demissão do presidente da República jamais sufragado pelo povo. Mas já pedimos liberdade de expressão, a retirada da anterior presidente da Comissão Nacional de Eleições (que depois de nos valer umas pauladas veio a materializar-se), luz, água, saúde e educação, enfim, o que falta. A juventude angolana está impaciente e não quer mais ouvir a desculpa da guerra para justificar a sua miséria, mas, mais que tudo, já identificaram, sem margem para erro, o responsável mor pelo estado actual das coisas e esse tem um nome, chama-se José Eduardo dos Santos. O ambiente nas manifestações foi sempre de euforia e de catarse colectiva, o exorcismo em grupo de coisas que andam presas nas nossas gargantas e nos nossos corações há muitos anos sob a batuta do medo.

Para pessoas como eu, dá igual se a democracia é mais ou menos verdadeira. Não acredito em governos nem em partidos políticos e penso que enquanto houver esta hierarquia e representatividade na sociedade não existirão liberdade ou justiça verdadeiras. Mas, no entanto, interessam-me os processos de auto-organização entre as pessoas, os momentos em que se está em luta autónoma- mesmo que essa luta seja por governantes menos maus. Achas que se está a criar uma "massa crítica" em Angola? Descontentamento sempre houve; mas há momentos em que as pessoas passam à acção. Achas que isso está a acontecer ou pode acontecer, de um modo autónomo, sem as pessoas estarem a cumprir o que manda um partido?

Vai levar algum tempo para as pessoas amadurecerem a esse ponto. Angola é um país que foi profundamente partidarizado, sobretudo quando uma guerra dividiu os dois lados em protectores ou algozes, em que se criou o mito da necessidade de liderança forte e sente-se que as pessoas ainda restringem as suas acções com base no que o seu protector/algoz aconselhe/ameaçe. Mas sem dúvida tens agora uma configuração de consciência muito diferente da que tinhas até Janeiro de 2012 e essa está a moldar-se a uma velocidade vertiginosa, a um ritmo incontrolável e, eu pelo menos sinto que, a sociedade civil está a conquistar o seu lugar de fiscalizador da coisa pública. Neste momento a UNITA pode estar a dar uma ajuda para que se acelere a despartidarização ao deixar desalentadas as pessoas que aguardam ansiosamente por um pronunciamento acerca dos fraudulentos resultados com que nos deparamos. Se ela não assumir a sua posição de maioritário da oposição podem começar a criar-se os espaços para auto-organização a que te referes. Não estamos de todo preparados para a filosofia anarca.

Agora só se fala de eleições. Quer se queira quer não, o resultado de umas eleições tem um impacto gigante nas nossas vidas. E talvez faça falta relembrar que em Angola o mesmo gajo está no poder há mais de 30 anos! Sucintamente, quem é que achas que vai ganhar e porquê?

Responder a esta pergunta agora pode parecer batota, mas responder-ta-ia da mesma maneira caso te tivesse submetido esta entrevista antes do dia 31. Quem ganha é o MPLA pura e simplesmente porque ele é jogador e árbitro e transgride as regras do jogo a seu bel-prazer sem que tenha alguém para puni-lo. A batota está na forja desde o início do jogo e os adversários nunca tiveram a mínima chance.

> "Meteram-me de forma tosca e grosseira um pacote de 1,7 kg de cocaína na minha bagagem de porão (...)"

Há um tempo atrás, casualmente, abri uma revista de economia portuguesa. Quase metade das páginas eram sobre os negócios e investimentos em Angola! Dá que pensar, sobretudo em tempos de crise... Portugal precisa mesmo de Angola. Até que ponto irão para manter bons relacionamentos? Porque é que os media cá falam tão pouco sobre as questões de Direitos Humanos em Angola?

A tua pergunta contém a resposta. Uma vez o nosso presidente não eleito fez o infeliz comentário que lhe persegue até aos dias de hoje: direitos humanos não enchem barrigas! Acho que, apesar de ultrajante, os governos do mundo inteiro subscrevem de forma mais cínica e vivem de acordo com esta máxima.

O episódio que te aconteceu no aeroporto da Portela fez-me pensar nestas questões, para além de mostrar o tipo de acção do governo angolano. Podes contar-nos o que achas que te aconteceu e que tipo de cooperação houve entre governos, na montagem que te fizeram?

Quiseram armar-me uma cilada, mas a solidariedade do angolano salvou-me e eu consegui sair de Angola com a noção que me tinham mexido na bagagem, o departamento de investigação criminal da polícia angolana. Meteram-me de forma tosca e grosseira um pacote de 1,7 kg de cocaína na minha bagagem de porão que felizmente não era de caixa dura e permitiu-me verificar com um simples toque que tinha sido violada. Não houve nenhuma cooperação entre governos, se houver alguma tramóia por detrás das cortinas será apenas a de abafar o caso, tentando o melhor para que os mídia sobre os quais têm influência não lancem mais achas à fogueira. Será mais o governo português a tentar limpar uma borrada monumental por parte do angolano, de uma maneira financeiramente fraterna.

Tu vens do Hip-Hop, daquilo a que se pode chamar o Hip-Hop verdadeiro, underground por natureza. O Hip-Hop é político, foi assim que surgiu, como uma arma, um meio para expressar a revolta. Desde Dead Prez, passando por Chullage, até ao Mc K, são vários os mc's e os temas que nos fizeram pensar, que nos despertaram a consciência para problemas urgentes da sociedade. A cena em Angola pareceu-me ser bastante interessante e original. Num concerto em que estive, a sala estava cheia de pessoal atento às letras e havia vários rappers a rimarem sobre o quotidiano e a vida do povo, o que só por si já é uma denúncia da pobreza em que as pessoas vivem. Estarei a romantizar? Ou poderá o movimento de Hip-Hop angolano ser também um movimento de resistência?

O movimento Hip Hop angolano é a força motriz por detrás desta juventude que agora começa a rasgar a manta do medo e a gritar a plenos pulmões JOSÉ EDUARDO FORA! Posso afirmar isso categoricamente, apesar de não poder concordar que o Hip Hop (no Bronx) tenha surgido como arma de exprimir revolta, tendo-se sim desenvolvido para isso numa fase posterior (The Message sendo a referência-mor para o pontapé de saída). Aqui em Angola, o Hip Hop consciente, vulgo underground, vulgo revolucionário, é sem sombra de dúvida a banda sonora desta juventude que está nas ruas e isso digo-o porque o testemunhei de forma inequívoca.

[1] Neste caso Cabos refere-se a "Cables", nome dado às comunicações confidenciais das embaixadas, consulados e missões diplomáticas. Em Novembro 2010 o site Wikileaks.org começou a divulgar as comunicações das embaixadas dos EUA publicamente.

A história de Abdel-Kader Zaaf contém todos os ingredientes necessários para a exaltação do fracasso. Anti-herói por excelência, escreve umas *"Mémoires"* das quais praticamente não há memória. Poderia ter-se convertido no primeiro africano a ganhar uma etapa do tour, mas a lenda deste ***lanterne rouge*** é muito mais eterna.

Do fracasso como uma das belas artes

A.

Abdel-Kader Zaaf nasceu a 1917, na cidade argelina costeira de Chebli. Ciclista menor, apesar de obcecado entusiasta, acabou vilipendiado pelos poucos que lhe descobriram a faceta literária. Aborta o seu único livro, *"Mémoires"* de imensas páginas, em 1983. Paga a sua edição de 1500 exemplares com o que lhe resta na algibeira, sendo postumamente impressa uma segunda edição nos anos 90, da qual só reza a História do seu fracasso comercial.

Em 1948, após ter sido campeão na Volta à Argélia em bicicleta, é seleccionado para correr a Volta à França em que participa 4 vezes, chegando apenas numa delas a cruzar a linha de chegada em Paris, no último lugar, *lanterne rouge* no vernáculo dos entendidos.

"Mémoires" é uma chinfrineira de palavras a espirrar, altíssimas, a cheirar à poeira de muitos caminhos, olhar de quem já viu moscas sobre tudo o que existe. Auto-biografia com lamirés de memória da guerra independentista da Argélia, azedumes de filósofo a ladrar ao poder, gémeos a duas rotações por segundo. (De apontar que a retórica tropeça, roça, até! o boçal, quando se detém com vã e frígida pompa em certas contemplações do Mont Ventoux.)

Os pensamentos que o vão ocupando são pautados no livro por indicações do número de expirações a cada minuto, com todo o rigor científico de uma obsessão, interrompida apenas quando, de alma mole, fala de uma paixoneta por uma mulher, militante da *Front de Libération Nationale* argelina, que se lhe esfumou das vistas após um dos ataques de retaliação na capital. Recorda-lhe especialmente os cabelos, que tresandavam a guerra, e que ele beijava quando ninguém os via.

Com palavras bruta-montes, e apesar de ter passado as passas do Algarve a escapulir-se aos *"pied-noir"* durante o enrijecimento dos seus ataques ultra-direitistas, Zaaf espraia-se em descrições minuciosas do desaire das maminhas árabes a dar-a-dar, chicoteadas pela polpa do vento enquanto fugiam, upa, upa! Dos exércitos colonos, a brilhar com todos os músculos untados, PUM! PUM! zuca, zuca. enquanto perfumavam o ar de chumbo.

Em 1950, consta que na 13ª etapa da Volta à França, agarra morto de sede a garrafa que lhe oferece um espectador, cheia de tintol, bebida esta com que Zaaf não estava familiarizado graças à sua disciplina islâmica. A mistura com uma quantidade superlativa de anfetaminas consumidas *a la garder* nestas andanças, deu-lhe a volta ao bucho, começando por ziguezaguear a estrada até desfalecer encostado a um carvalho. Mal recuperou os sentidos, agarrou-se obstinadamente à bicicleta e retomou o percurso, com olho de peixe esganado, no sentido oposto. Zaaf relata este episódio da sua vida com laconismo.

Abdel-Kader Zaaf gravou a sua imortalidade na história do ciclismo com o famoso episódio da 13ª etapa da volta a França de 1950.

"Mémoires" é uma chinfrineira de palavras a espirrar, altíssimas, a cheirar à poeira de muitos caminhos, olhar de quem já viu moscas sobre tudo o que existe.

Diletante das palavras, personalidade peripatética c'um fervor amoroso pelas paisagens nuas, é, em tudo, o mais épico dos falhados. O ciclista descreve-se com uma cabeça enorme que lhe pesava nas subidas, um par de olhos que eram como abutres em flor e uma boca que se insinuava intelectual, especialmente quando ofegante.

Morreu a 22 de Setembro de 1986 de congestão pulmonar.

LEOPOLDO PACHECO

J. Barreira

Contradições na cidade
Quem é que está na sombra e quem é que rouba o sol todo?
Lisboa, Baixa.

mapa : Jornal de Informação Crítica

NÚMERO ZERO
NOVEMBRO/DEZEMBRO 2012 · ANO I
3000 EXEMPLARES

JORNAL CRITICO .INFO

COORDENADAS

Lisboa, Largo de S.Domingos. Pormenor do mural às vítimas judaicas do massacre de Lisboa de 1506. LÍGIA DO RIO

38,7 - 9,1

D. SILVANO POPINO

Cheguei como quem chega a casa, a algo familiar e acolhedor onde se encontra o que nos é próximo e se sabe o lugar das coisas até de olhos fechados.

Saí de casa, daquela que me acolheu na minha última temporada ali e desci a avenida. A mesma avenida que tantas vezes subi e desci, desci e subi, tantas vezes mais do que uma vez ao dia, e dei por mim num lugar completamente desconhecido. Se por um lado me habituei às prostitutas, aos bêbados, novos e velhos, que por ali circundam, aos *junkies* em busca da próxima dose, só aqueles que vêem quem passa com o seu olhar alheado... não me habituei, e são para mim uma novidade os novos turistas, os Erasmus de Verão que por ali se passeiam e ocupam os passeios.

Deparei-me com um concerto de Jazz no renovado largo do Intendente, que antes se enchia de putas e homens mal encarados, e agora estava repleto de rapazes e raparigas loirinhos e de olhos claros. Não só estrangeiros, mas também aqueles lisboetas que querem ser alternativos e olham para um largo que, se antes tinha vida própria e característica, agora é completamente estéril de tal.

Desci mais um pouco, consolando-me com as frutarias de chineses e paquistaneses e mais esses que não portugueses, com as lojas de telemóveis e de produtos "indiferenciados", e desemboquei no Martim Moniz. Antes praça tórrida mas com esplanadas diferentes, desde os chineses com os seus pãezinhos de vegetais, aos angolanos com as imperiais e mais coisas que desconheço mas sei que não vou saber nunca, ao quiosque do outro lado que, segundo um artigo que li no outro dia, pertencia ao descendente da mulher que fazia a fava-rica ali na mouraria. Um largo onde os não portugueses ficavam a falar com os seus turbantes coloridos e onde os miúdos aos Domingos jogavam *cricket* e durante a semana futebol.

Agora o largo está cheio de esplanadas e gente *fashion*, com dj´s a pôr música ao final da tarde, enquanto a outra parte dos alternativos lisboetas se refastelam nas esplanadas e puffs que por lá estão e saboreiam refeições do mundo. Os que habitavam o largo ali continuam, mas desta vez não no seu centro pois estão renegados para os muros de pedra atrás dos cafés *fancy*.

Tudo aquilo era tão estranho que fui então até ao largo da Ginginha e ali me sentei a saborear a velha ginja e a fumar um cigarro. Deleitei-me com as personagens que por ali passeavam e apanhavam ar. Não só os africanos que dali fazem o seu mercado improvisado e aproveitam o sol sentados nos banquinhos da praça da liberdade, ou lá como se chama aquilo, mas também aqueles que não pertencem a esta sociedade e no seu exterior optaram por viver. Será que nós a ela pertencemos ou temos aspiração a tal? Não seremos, ou não quereremos ser, tão exteriores a ela?

Nada como um bocadinho naquelas escadinhas de onde se vê o mundo – com os verdadeiros turistas de máquinas fotográfica bem grandes e meias nas sandálias, e com todos aqueles que fazem desta a sua cidade, sem a pretensão de ser algo mais do que aquilo que ela é e os que a querem transformar.

Antes, quando aquela era a minha cidade, enquanto deambulava pelas ruas e mais me caía em cima a noção de que ali estava, no meio de uma capital europeia, não deixava de pensar que aquilo era tudo tão rural e familiar. Uma noção de pequenez que não se sente noutras capitais, mas que não é de todo mau ou negativo.

Gostava de passear e ver as velhotas à janela ou os gatos. De conhecer o nome do senhor da mercearia ou da banca do mercado. De conhecer o senhor da papelaria e saber o nome da sua mãe, velhinha, velhinha.

"Os que habitavam o largo ali continuam, mas desta vez não no seu centro pois estão renegados para os muros de pedra atrás dos cafés *fancy*."

É grande, mas parece pequena. É uma cidade que sempre amei e da qual sempre senti saudades quando estava fora, e era, sem dúvida, o meu ponto de comparação com tudo o resto... sempre disse que não me via a viver em nenhum outro lado senão ali.

Depois, depois descobri o mundo e o mundo descobriu esta cidade... que se quer tornar cada vez mais homogénea e igual a todas as outras que por aí existem. Um verdadeira capital europeia, com o seus muitos circuitos alternativos e comerciais, que se complementam entre si, e com isso fazem perder aquilo que lhe é único.

Gosto de saber que há outros sítios, e quando levo alguém a casa dos meus avós, digo com orgulho "chegámos ao campo", um bairro pacato e de casas pequenas que não parece estar enfiado no meio de vias rápidas e terminais rodoviários. Mas também esse vai no sentido da prospecção e do "luxo" que se tornaram estes paraísos no interior das metrópoles, com condomínios fechados e casas luxuosas; da junta de freguesia que só quer inovar para também fazer parte do roteiro da cidade. Para, e tal como os outros enfatizar ao máximo aquilo que lhes é característico, pegar nisso e fazer disso a atracção turística, porque só assim é que a coisa pode crescer e se multiplica, principalmente o dinheiro. Haverá outra razão?

Do sítio donde nunca pensei sair, saio agora, acho que sei para onde, mas uma certeza tenho. Independentemente do que aconteça, dos prédios e praças que se construam, ou mesmo que tudo arda e nada mais fique, a luz de Lisboa é única.

MAPA BORRADO

TODAGENTE GOSTA DE FESTIVAIS DESDE QUE:
...SE METAM NA SUA VIDA E FAÇAM A SUA OBRIGAÇÃO, QUE É VENDER BRANDINGS E MARCAS REGISTADAS À JUVENTUDE AO SOM DE MÚSICA BASTANTE PÉSSIMA GERALMENTE.
QUANDO SE TRATA DE COISAS BÁSICAS COMO PISAR OS CALOS AO CHEFÃO CÁ DA TERRA É QUE O GATO VAI ÀS FILHOSES...
FDP - O MAIS TARDIO E EXCITANTE FESTIVAL DESTE VERÃO FOI INVENTADO À VOLTA DO RECENTE DITAME POPULARIZADO PELAS RUAS DO PORTO E OUTROS SUPORTES: A SEMIÓTICA DA SIGLA "FDP" ASSOCIADA A RUI RIO
PEPE DA MANHÃ
FDP evolui de Sigla polémica para nome de festival
RUI RIO SENTE-SE LESADO NA SUA HONRA E AFIRMA NÃO SER NENHUM "FANÁTICO DE POPÓS". AUTARQUIA DO PORTO AFIRMA NÃO TER CONHECIMENTO DA REALIZAÇÃO DO FESTIVAL...
FILHOS DUM PUNHETEIRO VÃO QUEIMAR O FESTIVAL
JOSÉ SMITH VARGAS
A ROLHA
DEPOIS DE VALONGO É AGORA A VEZ DA CÂMARA DE PAREDES IMPEDIR NO SEU MUNICÍPIO A REALIZAÇÃO DO EVENTO QUE TINHA COMO UM DOS OBJECTIVOS FINANCIAR OS PROCESSOS PENDENTES DOS DETIDOS DA ESCOLA DA FONTINHA NO PORTO.
OLHA, OS DA FONTINHA! DEVIAM ERA IR TRABALHAR ...
NOVAS PLATAFORMAS MÓVEIS
ALIÁS, OS EVENTOS DO GÉNERO COSTUMAM TER MANUAIS DE INSTRUÇÕES PECULIARES...
NÓS LEMOS NO JORNAL QUANTOS DETIDOS TEMOS DE TRAZER, COM OS CUMPRIMENTOS DO SENHOR ÓSCAR MASCARENHAS
RUI RIO É UMA MERDA
DumDum